



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS**



ANDRÉ AUGUSTO MARTINS COSTA NUNES

A RELAÇÃO DA IMPRENSA COM A POLÍCIA MILITAR

BRASÍLIA - DF
2015

ANDRÉ AUGUSTO MARTINS COSTA NUNES

A RELAÇÃO DA IMPRENSA COM A POLÍCIA MILITAR

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado ao instituto superior de ciências policiais como requisito parcial para obtenção do Título de bacharel em ciências policiais.

Orientador: Prof^º Me. Alda Lino dos Santos.

BRASÍLIA - DF
2015

ANDRÉ AUGUSTO MARTINS COSTA NUNES

A RELAÇÃO DA IMPRENSA COM A POLÍCIA MILITAR

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado ao curso de formação de oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal como requisito parcial para obtenção do Título de bacharel em ciências policiais.

Aprovado em: _____ de _____ de _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Titulação Nome Completo – Orientador
Instituição

Prof. Titulação Nome Completo – Membro
Instituição

Prof. Titulação Nome Completo – Membro
Instituição

Dedico este trabalho à minha família, em especial, minha esposa, que esteve presente em todos os momentos desta caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha esposa, aos meus familiares e aos amigos policiais da 20ª Turma, os quais dividiram comigo as dificuldades desta longa e difícil jornada.

*Não importa a má notícia
Mas vale a boa versão
Na nota um toque de astúcia
E faça-se a opinião
De outra feita, quando seja
Desejo editorial
Faça-se sujo o que é limpo
Troque-se o bem pelo mal.(Gilberto Gil)*

RESUMO

Objetivo: O presente estudo verifica a interveniência de elementos de informações fornecidos pela imprensa na reflexão da opinião pública sobre a Polícia, em específico a Polícia Militar. Trata-se também de estudar a relação ambígua existente entre a imprensa e a Polícia e como isso pode incluir na confiança que as pessoas depositam nessa Instituição. Analisa-se ainda formas de minimizar desgastes entre a Polícia Militar, a imprensa e a sociedade, com medidas de gestão, visando assim resgatar a sensação de segurança nas comunidades e aumentar a eficiência da Polícia Militar no combate à criminalidade. Para alcançar o desiderato proposto adota-se o método hipotético-dedutivo, com natureza mista por conter critérios descritivos e explicativos, seguindo-se o procedimento bibliográfico. Assim, o desenvolvimento do tema proposto é relevante, tendo em vista que a questão da Segurança Pública é uma das principais necessidades dos seres humanos e que a Polícia Militar, em especial, por agir de forma mais próxima da população, devido ao seu caráter preventivo e ostensivo, entra sempre em conflitos. Esses conflitos têm referências constantes na mídia, de forma que a sensação de segurança da população e a identidade da Polícia Militar sofrem interferência dos meios de comunicação o que por vezes não contribui positivamente para o desenvolvimento da própria sociedade. Mudanças precisam ser implementadas no sentido de que a imprensa cumpra seu papel na sociedade, mas também a Polícia Militar no desempenho de suas funções também precisa se adequar ao tempo em que vive alterando inclusive paradigmas ultrapassados que só impedem sua aproximação com a comunidade e um possível aumento de efetividade.

Palavras-chave: Polícia Militar; Imprensa.

ABSTRACT

This study verifies the intervention of information adduced by the press in reflection of public opinion on the police, in particular the military police. It is also to study the ambiguous relationship between the press and the police and how this may include the trust that people place in this institution. Analyzes also ways to minimize wear between the military police, the press and society, with management measures, thus aiming to recover the sense of security in communities and increase the military police efficiency in fighting crime. To achieve the proposed desideratum adopt the hypothetical-deductive method, with mixed nature to contain descriptive and explanatory criteria, followed by literature procedure. Thus, the development of the proposed theme is relevant, given that the issue of public security is one of the main needs of humans and the Military Police, in particular for acting more closely the population because of its preventive and ostentatious, always comes into conflict. These conflicts are constant references in the media, so that the sense of security of the population and the identity of the Military Police suffer interference from the media which sometimes does not contribute positively to the development of society itself. Changes need to be implemented to the press to fulfill its role in society, but also the military police in the performance of their duties must also suit the time you live in changing outdated paradigms including only prevent its approach to the community and a possible increase effectiveness.

Keywords: Military Police; Press.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Fotos históricas do início da imprensa.....	15
Quadro 2 – empresas que controlam a mídia mundial.....	20

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

art. – artigo

BOPE – Batalhão de Operações Especiais

CF/88 – Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

COE – Comando de Operações especiais

GATE – Grupo de Ações Táticas

nº - número

p. – página

PM – Polícia Militar

QOPM – Quadro de Oficiais da Polícia Militar

SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 O PAPEL DA IMPRENSA NA SOCIEDADE	13
1.1 BREVE HISTÓRICO DA IMPRENSA.....	14
1.2 FUNÇÃO DA IMPRENSA NA SOCIEDADE.....	19
2 O PAPEL DA POLÍCIA MILITAR NA SOCIEDADE	25
2.1 ALGUMAS ANOTAÇÕES HISTÓRICAS SOBRE A POLÍCIA MILITAR.....	26
2.2 A NATUREZA DO TRABALHO DA POLÍCIA E SEUS DILEMAS.....	29
3 A IMPRENSA E A POLÍCIA MILITAR	32
3.1 A IMPORTÂNCIA DA CONFIANÇA NA POLÍCIA MILITAR.....	33
3.2 A RELAÇÃO IMPRENSA <i>VERSUS</i> POLÍCIA MILITAR.....	37
3.3 CAMINHOS PARA O FUTURO: REPENSANDO O POLÍCIAMENTO.....	40
CONCLUSÃO	46
REFERÊNCIAS	48

INTRODUÇÃO

Atualmente é notória a consciência de que a imprensa constitui-se num quarto poder, aquele que surgiu para fiscalizar os outros três poderes constituídos, e assim ajudar a sociedade a evoluir cada vez mais dentro do Estado Democrático de Direito. Contudo, é nítido também, que essa imprensa nem sempre, ou melhor, na maioria das vezes se furta do seu papel para com a sociedade e usa da violência para apresentar espetáculos grotescos e ainda normalmente culpar a Polícia.

É fato que a Segurança Pública no Brasil é um problema grave. É fato também, que a sociedade civil vive enclausurada devido a uma realidade temerária. Agora, ficar parado ou apenas criticando a Polícia, a imprensa, o Governo, não vai adiantar nada. Ações precisam ser desenvolvidas e aplicadas. É nesse contexto que será desenvolvido o presente trabalho.

Portanto, o **objetivo geral** pode ser resumido como a análise da imprensa e seu papel junto à sociedade e sua relação com a Polícia Militar no que tange à violência urbana e as mazelas por ela causadas.

A **metodologia** adotada para o desenvolvimento deste estudo será a exploratória e explicativa com preponderância bibliográfica, e estruturar-se-á em três capítulos.

O primeiro intitulado como “O PAPEL DA IMPRENSA NA SOCIEDADE” tem por finalidade estudar as origens da imprensa, sua evolução, seu atual estágio de desenvolvimento pelo Mundo e por fim analisar qual o papel destinado a ela no que tange sua função social.

No segundo que tem por título “O PAPEL DA POLÍCIA MILITAR DA SOCIEDADE” estudará o surgimento da Polícia e sua evolução através dos tempos, até alcançá-la no Estado Democrático de Direito onde atualmente cumpre sua missão constitucional de manter e restabelecer a Ordem Pública, dentro dos exatos parâmetros da lei. Nesse capítulo será tratado ainda da análise do trabalho da Polícia na sociedade contemporânea frente aos dilemas pelos quais passa para conseguir levar segurança à população de forma efetiva.

O terceiro e ultimo capítulo “A IMPRENSA E A POLÍCIA MILITAR” visa estudar e compreender a relação desenvolvida por estas duas instituições e suas participações no âmbito da Segurança Pública. Pretende-se analisar o porquê de tantos embates e ofensas mútuas, quando na verdade deveriam trabalhar em conjunto, já que têm objetivos comuns, o bem estar social. Ainda será tratada neste capítulo a questão da importância da confiança da sociedade na Polícia Militar e como as constantes intervenções descontextualizadas da imprensa atrapalham essa relação, o que só beneficia o criminoso.

Por fim serão explorados os caminhos para o futuro, não com o intuito de exaurir o tema, mas apenas como uma pequena contribuição no início de proposta para que haja uma aproximação entre Polícia e comunidade objetivando minimizar a influência negativa da mídia e diminuindo os índices de criminalidade. Sonho comum de todos: Polícia; Imprensa; Sociedade.

1 O PAPEL DA IMPRENSA NA SOCIEDADE

Desde que o homem passou a viver em sociedade a comunicação se tornou imprescindível. Sem ela o ser humano não teria se desenvolvido e evoluído para chegar ao grau de inteligência de atualmente. Nesse sentido e de forma brilhante leciona Patrícia Bandeira de Melo, doutora em Sociologia e mestre em Comunicação:

Comunicar é fazer uma transação, negociar para se entender. Os discursos são práticas sociais historicamente datadas, ou seja, são compreendidos dentro do contexto sociocultural em que se dão. Dessa forma, a comunicação passou pela história humana: olfato, tato, visão, audição, na pré-história, e depois rosnados, gritos, posturas físicas, linguagens corporais. Com o desenvolvimento social em grupo, o homem precisou dar nomes aos objetos. Os sons surgiram para isso. Em seguida, chegaram o alfabeto e a escrita, para perpetuar a comunicação. O alfabeto, que permitiu a construção na história, foi uma conquista de muitas sociedades: Índia, China, Coreia, Japão, Mesopotâmia, Egito, regiões da Europa e dos povos maias e astecas. Na Mesopotâmia, a escrita – ou a transcrição da língua falada – surgiu de início com a pictografia, que representava, pela associação de palavras, um objeto ou um ser. Essa associação exigiu do homem a capacidade de interpretar signo para além do concreto, entrando numa realidade abstrata. Assim, a escrita se afastou da imagem e se associou a uma representação analógica dos objetos. Para melhor exercer a comunicação o homem chegou ao alfabeto, à escrita, que são o suporte estável da comunicação. Afinal é a forma mais eficaz, duradoura e decifrável da mensagem, o que não ocorria antes com o som, o fogo ou, simplesmente, com a memória. A chegada da escrita é um processo resultante de fatores econômicos, como um sistema de controle e de contabilidade dos bens trocados. [...]. Estudar a formação da linguagem e aquisição da escrita nos ajuda a entender como o homem chegou a exercício da democracia e à capacidade de expor ideias em público, como ocorria já na sociedade ateniense, quando os cidadãos participavam do processo de discussão política, troca de informações e de opiniões em plena rua, em pregações e debates. Assim, deu-se a evolução da comunicação: dos sons à discussão no espaço público. Hoje, esse espaço se deslocou: de início, para a imprensa escrita, e em seguida para o rádio, a TV e a internet. Os debates, antes nas ruas, passam a ser mediados pela imprensa (MELO, 2005).

Portanto, o que pode notar é que a convivência social, o espaço público gerou uma necessidade pela troca de informações o que impulsionou os meios de comunicação ao longo dos tempos. John Thompson afirma que “os meios de comunicação são rodas de fiar no mundo moderno e, ao usar estes meios, os seres humanos fabricam teias de significação para si mesmos” (THOMPSON, 1998, p. 20).

Chegando-se ao surgimento da imprensa concluiu-se este ser o primeiro passo a democratização da cultura, mesmo que, segundo Jorge Pedro Sousa, tenha sido desencadeado a standardização e a simplificação das mensagens (SOUSA, 2003).

Passa-se ao estudo histórico do surgimento e a evolução da imprensa.

1.1 BREVE HISTÓRICO DA IMPRENSA

Imprensa é a designação coletiva dos veículos da comunicação que exercem o jornalismo e outras funções de comunicação informativa. O vocábulo “imprensa” deriva das palavras “prensa móvel”. Pois a partir do século XVIII a prensa móvel foi utilizada para imprimir jornais. A prensa móvel imprimia 3.600 páginas em 24 horas. Assim, o termo “imprensa” permanece até hoje, em referencial a essa origem. De forma simples, o significado de imprensa, de refere a qualquer veículo de comunicação que produza notícia.

A reprodução de textos iniciou-se com os copistas e os escribas, que, com o desenvolvimento da escrita, do pergaminho e do papel, puderam fazer cópias de textos religiosos, literários e filosóficos. Sobre o assunto apregoa Patrícia Bandeira de Melo:

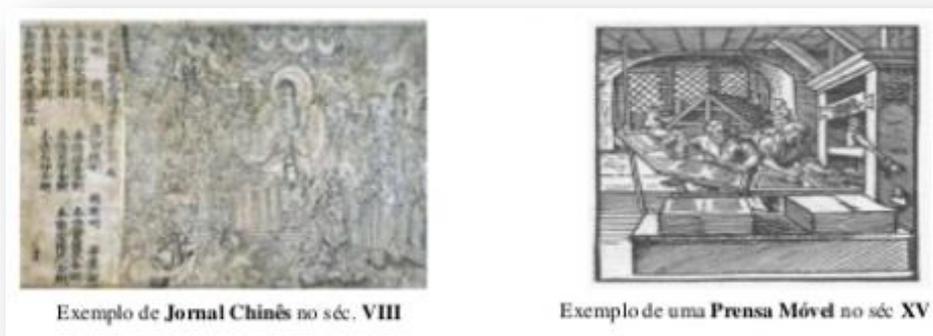
Até a Idade Média, as informações eram restritas e controladas, mas com o ciclo das navegações e a expansão da atividade comercial, a partir do século XIII, veio a troca de mercadorias e também de informações. O crescimento econômico da época favoreceu o acesso à alfabetização, reduzindo cada vez mais a necessidade de que textos fossem lidos em público para a população letrada (MELO, 2005).

Então pode-se afirmar que a máquina impressora constituiu-se num divisor de águas entre a comunicação boca a boca e as veiculações dessas informações em escala e velocidade consideradas impossíveis para época. No ano de 1452 (data provável) GUTTENBERG, imprimiu a Bíblia de 42 linhas, mas o aprimoramento do comércio entre a Europa e a Ásia foi o fator que favoreceu o desenvolvimento da tecnologia gráfica. “Os tipos de metal surgiram na Coreia, em 1330, e os de cerâmica são de dois séculos antes, a China” (MELO, 2005).

O primeiro jornal manuscrito em papel de que se tem notícia surgiu na China em 712 (século VIII), e em 1401 (século XV), também na China foi inventado o primeiro tipo de prensa móvel. No ano de 1440 (século XV), Johannes Guttemberg desenvolve a tecnologia da prensa móvel, utilizando os tipos móveis: caracteres avulsos gravados em blocos de madeira ou chumbo que eram rearrumados numa tábua para formar palavras e frases na página do jornal.

GUTTENBERG então foi o responsável dos tipos móveis, com capacidade de impressão em papel, com uma tinta que ele mesmo fabricava, o que possibilitou que diversas obras fossem impressas, de forma que o livro passou a ser a ferramenta de exposição de intelectuais e poetas sendo então o novo fio condutor de ideias na sociedade de forma midiática (GIOVANNINI, 1987, p. 111).

Quadro 1: Fotos históricas do início da imprensa.



Fonte: MARYNA In: Slideshare.

Após esse período inicial começam a surgir várias impressões, na forma explanada por Patrícia Bandeira de Melo:

Surgiram as primeiras impressões da humanidade: as gazetas, com informações úteis sobre atualidade; os pasquins, folhetos com notícias sobre desgraças alheias; e os libelos, folhas de caráter opinativo. A combinação desses três tipos de impressos resultou, no século XVII, no jornalismo. O papel da imprensa periódica, na emergência da esfera pública, revestiu-se de importância especial. O aparecimento dos jornais no final do século XVII e princípios do século XVIII fomentou um novo espaço público para o debate. De início, esses jornais eram dedicados a assuntos literários e culturais, mas a temática foi se alargando para questões de interesse social e político. Gerou-se uma demanda por essas informações, pois o público queria entender e participar do processo decisório das instâncias de poder. Nesse novo espaço público, a sociedade começou a obrigar o poder a justificar-se perante a opinião pública (MELO, 2005).

De acordo com Jorge Pedro Sousa, o sucesso da imprensa se deu ao aperfeiçoamento contínuo das técnicas de tipografia, à diminuição dos custos e ao aumento das tiragens, fato que estimulou a leitura, ao incentivo à instrução e ao gosto de ler, motivado por livros, revistas e jornais, e ao aumento da curiosidade e da vontade de adquirir conhecimentos sobre assuntos do mundo em geral. De forma que a arte de contar histórias, características do jornalismo, embora datada do século XVII, sempre existiu ao longo da evolução humana (SOUSA, 2003).

No século XIX, iniciou-se as primeiras inovações nos jornais. Nos Estados Unidos, o progresso da imprensa possibilitou a popularização do jornal sensacionalista, expondo na primeira página imagens e notícias de caráter extremamente violento. Os jornais norte-americanos já tinham naquela época, seção humorística de grande sucesso. O crescimento da imprensa americana só era dificultado pelo tamanho do país. A solução encontrada foi à criação de cadeias, ou seja, agências que estendiam informações locais a nível nacional.

Na Inglaterra, a imprensa partiu para a inclusão de assuntos variados, para atender a um público maior. Esportes, entretenimento, manchetes de primeira página já estavam no novo modelo inglês de jornal.

Na França, após o processo de industrialização, os veículos de comunicação se manifestaram em diversas tendências, estilos e orientações, identificando jornais de esquerda, de direita e de centro, além dos religiosos e monarquistas.

No período da II Guerra Mundial, os jornais já dividiam o espaço com o rádio e a televisão, o que gerou novas alterações na maneira de fazer os jornais, de forma a garantir sua subsistência.

No âmbito do Brasil, a imprensa demorou muito para ser implantada. Nesse sentido afirma Aderlene Ataíde lima *et al*:

No Brasil, a imprensa teve um nascimento tardio, como tardios foram o ensino superior, as manufaturas, a própria independência política e a abolição da escravatura. Fatores como este geraram um legado de analfabetismo e concentração da renda que, sentidos até hoje, significaram condicionantes da evolução da imprensa brasileira ao impedir que o público leitor nacional atingisse o percentual registrado em países com economia de porte semelhante ou maior.

A história do Brasil é repleta de peculiaridades. Nossa Independência foi declarada pelo filho do imperador português. Passamos a maior parte do século XIX sob uma Monarquia, enquanto o resto do continente era republicano. Assim, não é de espantar que o primeiro jornal brasileiro tivesse sido publicado em Londres. De fato, o Correio Braziliense surgiu em 1808. Opositorista e crítico, o periódico era feito na Inglaterra, mas discutia os problemas da Colônia e atravessava o oceano Atlântico para circular por aqui. Assim, no mesmo ano em que a Corte portuguesa transferiu-se para o Rio de Janeiro fugindo de Napoleão, o jornal idealizado e realizado por Hipólito da Costa, disponível a nobres e plebeus do Novo Mundo, estava longe de ser um beija-mão dos poderosos. A diversidade de títulos começaria logo. A chegada da Corte mudaria radicalmente a vida da colônia, que se torna sede da monarquia portuguesa. Às tão citadas abertura dos portos e fundação do Banco do Brasil, somou-se a menos propalada criação da Imprensa Régia, responsável, a médio prazo, pela impressão dos vários periódicos em terras brasileiras. Somente em

São Paulo foram registrados cerca de 1.500 títulos no fim do século XIX. Em geral, jornais simples, com duas páginas, eles foram ganhando simpatia da população letrada. Hoje, há títulos para todos os gostos. Há jornais novos, outros que começaram a circular ainda no Império. Há revistas de informações gerais, outras voltadas a nichos específicos. Há, também, variedade de preço e formas diversas de distribuição, que vão da entrega em semáforo a domiciliar, passando pela venda em bancas. Não é de hoje que há publicações colocadas à disposição em consultórios, aviões e em táxis. E mais recentemente a internet criou outras formas de embalar e fazer circular a informação.

Mas voltemos aos primórdios. A nação brasileira nasce e cresce com a imprensa. Uma explica a outra. Amadurecem juntas. Os primeiros periódicos iriam assistir à transformação da Colônia em Império e participar intensamente do processo. A imprensa é, a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira. Tem certidão de nascimento lavrada em 1808, mas também é veículo para a reconstrução do passado. Os impressos que por aqui circularam em duzentos anos não só testemunham, registram e veiculam nossa história, mas são parte intrínseca da formação do país. Em outras palavras: a história do Brasil e a história da imprensa caminham juntas, se auto-explicam, alimentam-se reciprocamente, integrando-se num imenso painel (LIMA *et al*, 2013).

Além do Jornal Correio Brasiliense, mencionado no texto acima transcrito, outro marco da imprensa brasileira é a Gazeta do Rio de Janeiro criada em 10 de setembro de 1808, mesmo ano da criação do Correio. Mas oficialmente a imprensa brasileira nasceu em 13 de maio de 1808, no Rio de Janeiro, com a criação da Imprensa Régia pelo Príncipe-regente dom João, chamado atualmente de Imprensa Nacional.

A imprensa brasileira não tinha a independência das imprensas norte-americana, inglesa, por exemplo, ao contrário era apenas uma máquina do governo ou contra o governo. Nesse sentido, o francês Max Leclerc, que veio ao Brasil em 1889, como correspondente para cobrir o início do regime republicano, descreveu o cenário jornalístico do Brasil com as seguintes palavras:

A imprensa no Brasil é um reflexo fiel do estado social nascido do governo paterno e anárquico de D. Pedro II: por um lado, alguns grandes jornais muito prósperos, providos de uma organização material poderosa e aperfeiçoada, vivendo principalmente de publicidade, organizados em suma e antes de tudo como uma empresa comercial e visando mais penetrar em todos os meios e estender o círculo de seus leitores para aumentar o valor de sua publicidade, a empregar sua influência na orientação da opinião pública. [...]. Em torno deles, a multidão multicolor de jornais de partidos que, longe de ser bons negócios, vivem de subvenções desses partidos, de um grupo ou de um político e só são lidos se o homem que os apoia está em evidência ou é temível (LIMA *et al*, 2013).

No que tange a censura, no Brasil esta se fez presente já no período do império e continuou na ditadura Vargas (1937) assim como na ditadura militar (1964) que se seguiu. No fim do século XIX, uma grande luta pela posse de terras, na Guerra de Canudos, inspirou o autor Euclides de Cunha a escrever a obra “Os Sertões”. Este livro foi considerado a primeira

grande reportagem do jornalismo brasileiro. Muitas mudanças ocorreram na imprensa brasileira no final do século XIX para o para o XX. Nesse sentido leciona Patrícia Bandeira de Melo:

A passagem do século XIX para o XX é significativa no mercado jornalístico, por marcar a mudança dos jornais de estrutura simples, operando com oficinas tipográficas, para as empresas jornalísticas dotadas de equipamentos gráficos mais avançados e mais voltadas para o comércio. Começavam a desaparecer as iniciativas isoladas de jornais panfletários, aventuras individuais de poucos. Como empresas, os jornais ficaram em número reduzido, pois os avanços tecnológicos tornaram mais difíceis a fundação de um periódico. Com o progresso da indústria, surgiu a classe trabalhadora e, com ela, uma imprensa voltada si, com pequenos jornais anarquistas e socialistas, a maioria de vida curta. [...]. Cada vez mais difícil adquirir a produzir jornais, o mercado foi se fechando em torno de grandes empresas. [...]. Para Sodré, “de instrumento de esclarecimento, a imprensa capitalista se transformou em instrumento de alienação, fugindo inteiramente aos seus fins originários” (SODRÉ, 1999, p. 408) (MELO, 2005).

Assim, em breves linhas, o histórico da imprensa.

1.2 FUNÇÃO DA IMPRENSA NA SOCIEDADE

Ao estudar a bibliografia sobre o assunto, sempre encontra-se algo ou alguém que afirma que o papel precípuo da imprensa genuína é informar com exatidão, formando em seu leitor, o processo gerador de conhecimento consciente.

Mas na prática o que se tem visto é uma imprensa que deturpa a realidade, apresentando uma realidade montada. Uma imprensa que não informa, mas sim apresenta fatos que de forma oportunista só quer ganhar expectadores mesmo que para isso seja uma mídia apresentadora de violência e tragédias, tornando-se uma mídia sensacionalista. Nesse sentido apregoa Joaquim F. de Carvalho:

Num de seus escritos, Pierre Bourdieu mostra como a televisão, paradoxalmente, é capaz de ocultar mostrando, ou seja, mostrando uma coisa diferente do que seria honesto mostrar ou então mostrando o que é preciso mostrar, porém com uma ênfase que distorce a realidade (“*Surla télévision*”, *Liber Éditions*, 1997).

Noam Chomski, em palestra proferida no Rio de Janeiro há cerca de quatro anos, sob os auspícios da COPPE/UFRJ, declarou entre outras coisas que “devemos estar atentos para que a sociedade humana, integrada por seres que se comunicam entre sí, elevando lenta, porém progressivamente seus padrões de civilização e criando mecanismos cada vez mais eficientes para defender interesses individuais e coletivos, não seja transformada num agregado de células estanques, compostas, cada uma, por um indivíduo diante de sua “telinha” de computador ou de televisão, de onde recebe direta ou subliminarmente, maciças doses de propaganda (ou de instruções) que só interessam ao poder dominante, composto pelas grandes corporações, bancos, promotores de negócios, etc.”, e pelos políticos instalados no governo por tais grupos.

Creio não haver dúvida de que a democracia consiste em submeter os poderes político e econômico a um controle. É essa a característica essencial da democracia. Não deveria existir nenhum poder incontrolado, daí a importância da imprensa. Mas esta tornou-se um poder esmagador, talvez o mais forte de todos. E é assim porque toleramos seus abusos. Nenhuma democracia pode sobreviver se o poder da imprensa não for rigorosamente limitado e controlado pela sociedade.

O controle da sociedade sobre a imprensa deve começar pela elaboração de leis que proíbam, por exemplo, que grupos econômicos se associem a empresas jornalísticas ou às emissoras de rádio e televisão (CARVALHO, 2000).

A conclusão do autor faz todo sentido, no ano de 1996, o escritor e jornalista belga Michel Collon, fez um levantamento de todas as maiores empresas que, de uma forma ou outra possuíam grande poder de influência na mídia mundial, o resultado dessa pesquisa é estarrecedor, já que os maiores conglomerados que absolutamente controlam TUDO que o mundo vê, lê ou passa seu tempo estaria nas mãos de apenas umas poucas empresas ou grupos empresariais, e isso no ano de 1996. Atualmente já se sabe que muitas dessas empresas já foram absorvidas por outras que fazem parte do mesmo diagrama, por meio de fusão ou compra e venda. Colacionou-se o quadro a seguir:

Quadro 2: Empresas que controlam a mídia mundial.

GRUPO PROPRIETÁRIO	EMPRESAS
America-OnLine	Tvs: CNN, HBO, Turner Network Television (TNT), Turner South, Cartoon Network; <u>Produtoras</u> : Time Warner Brothers, Hanna – Barbera Cartoons, Telepictures Production; <u>Revistas</u> : Time, Fortune, AllYou, Business 2.0, Life, Sports Illustrated, InsideStuff, Money, People, EntertainmentWeekly, The Ticket, In Style, Southern Living, Progressive Farmer, Southern Accents, Cooking Light, The Parent Group, This Old House, Sunset, Sunset Garden Guide, The Health Publishing Group, Real Simple, Asiaweek, President, Dancyu, Wallpaper (U.K.), Field & Stream, Freeze, Golf Magazine, Outdoor Life, Popular Science, Salt Water Sportsman, Ski, Skiing Magazine, Skiing Trade News, SNAP, Snowboard Life, Ride BMX, Today’s

	Homeowner, Trans World Skateboarding, Trans World Snowboarding, Verge, Yachting Magazine, Warp); <u>Informática</u> : Netscape; <u>Livraria</u> : Amazon.com (parcialmente).
News Corporation	<u>Tvs</u> : Fox News, FOXTEL, BskyB, DirecTV, Sky Italia, Fox News Channel, Fox Movie Channel, FX, FUEL, National Geographic Channel, SPEED Channel, Fox Sports Net, FSN New England (50%), FSN Ohio, FSN Florida, National Advertising Partners, Fox College Sports, Fox Soccer Channel, Stats, Inc., Star TV; <u>Produtoras de cinema</u> : 20th Century Fox, Fox Searchlight Pictures, Fox Television Studios, Blue Sky Studios; <u>Jornais nos EUA</u> : The New York Post; <u>Jornais no Reino Unido</u> : The Times, The Sun, The Sunday Times, News of the World, News International; <u>Jornais na Austrália</u> : Daily Telegraph, Fiji Times, Gold Coast Bulletin, Herald Sun, Newsphotos, Newspix, Newstext, NT News, Post-Courier, Sunday Herald Sun, Sunday Mail, SundayTasmanian, Sunday Territorian, Sunday Times, The Advertiser, The Australian, The Courier-Mail, The Mercury, The SundayTelegraph, Weekly Times; <u>Revistas</u> : Inside Out, donnahay, Smart Source, The Weekly Standard, TV Guide (parcialmente). Possui <u>38 editoras</u> . Controla 2/3 do mercado australiano de jornais e revistas. Em 1996 possuía 535 jornais e 244 revistas.
Dassault-Aviation (empresa de armamentos)	Grupo Sopresse, que edita cerca de 70 títulos, entre os quais Le Figaro, L'Express, L'Expansion, Valeurs Actuelles, Journal des Finances, Le Progrès de Lyon, La Voix du Nord, e dezenas de jornais regionais.
Arnault Lagardère (empresa de armamentos)	Grupo Hachette, que edita 47 revistas entre as quais Elle, Parents, Première e jornais como La Provence, Nice-Matin, Corse-Presse. Possui 5 canais de televisão, 3 estações de rádios, 5 revistas, 2 jornais, 15 editoras e edita 90% dos dicionários na França.
FIAT	Possui 23 jornais e revistas, entre os quais, Corriere della Sera e La Stampa.
Mediaset (Silvio Berlusconi)	Possui 3 canais de tv na Itália (Canale 5, Italia Uno, Rete 4) e 1 canal de tv na Espanha (Tele 5). Fininveste Clube AC Milan.
General Electric	<u>Tvs</u> : NBC News (controla 80%, 20% pertence à Vivendi Universal), Telemundo, CNBC, MSNBC, Bravo, Mun2TV, Sci-Fi, Trio, USA; <u>Produtora de cinema</u> : Universal Pictures. <u>Editora</u> : RCA (controlada pelo Banco JP Morgan). Parte das ações pertencem ao Banco JP Morgan.
Sony	Produtora de cinema Columbia Pictures.
New York Times	<u>Jornais</u> : The New York Times, International Herald Tribune, The Boston Globe, The Courier, The Daily Comet, The Dispatch, The Gadsden Times, The Gainesville Sun, International Herald Tribune, The Ledger, The Press Democrat, Petaluma Argus-Courier, Sarasota Herald-Tribune, Spartanburg Herald-Journal, Star-Banner, Times Daily, Times-News, The Tuscaloosa News, The Star News, The Worcester Telegram & Gazette. Possui 8 canais de tv nos EUA. No seu conselho de administração estão executivos de empresas como Merck, Morgan Guaranty Trust, Bristol Myers, American Express, Charter Oil, Johns Manville, Bethlehem Steel, IBM, Scott Paper, Sun Oil, First Boston Corporation.
Bertelsmann	<u>Tvs</u> : canal RTL Grupe (RTL, RTL 2, SUPER RTL, VOX, n-tv, M6, Five, RTL 4, Yorin, RTL TV1); <u>Rádios</u> : Bel RTL, Yorin FM, RTL, RTL 2, Fun Radio, 104.6 RTL, Radio Hamburg; <u>Produtoras</u> : Fremantle Media, SPORTFIVE, team Worx, UFA Film & TV Productions Broadway Books; <u>Jornais</u> : Financial Times Deutschland, Sächsische Zeitung, Blic, Evenimentul Zilei, NovyCas; <u>Revistas</u> : Family Circle, Fast

	Company, Inc., Parents, YM, Brigitte, Capital, Eltern, Geo, Stern, Focus, Muy Interessante, News, Art, Schöner Wohnen, Essen &Trinken, P.M., Sächsische Zeitung, TV Media, Femme Actuelle, Prima, Télé-Loisirs, Top Girl, Claudia, Naj; Possui 25 editoras, entre as quais, Doubleday e Brown Printing; <u>Editoras musicais</u> : Arista Records, BMGAriola, BMG Canadá, BMG Japan, BMG Ricordi, BMG U.K. &Ireland, Jive Records, Milan Records, Sonopress, RCA Records, RCA LabelGroup, RCA Victor Group, Tablao, Windham Hill, Zomba Music Group.
Walt Disney Company	<u>Tv</u> : ABC; <u>Produtora de cinema</u> : Walt Disney Pictures, Touchstone Pictures, Hollywood Pictures, Caravan Pictures, Miramax Films, Buena Vista Home Video, Buena Vista Home Entertainment, Buena Vista International, Miramax Films; <u>Revistas</u> : Automotive Industries, Biography, Discover, Disney Adventures, Disney Magazine, ECN News, ESPN Magazine, Family Fun, Institutional Investor, JCK, Kodin, Top Famille – Frenchfamily magazine, US Weekly (50%), Video Business, Quality. Possui <u>14 editoras</u> de livros e 66 estações de radio nos EUA.
Globo	Possui 94 TVs VHF, 8 TVs UHF, 96 estações de rádio e 24 jornais.

Fonte: COLLON, 1996.

É de fácil percepção que o mundo da informação está concentrado nas mãos de poucas pessoas. Isto facilita em muito a manipulação da informação da forma como bem entenderem.

Diversos filósofos como, por exemplo, o canadense Manly P. Hall há tempos vem alertando as pessoas para o controle das massas pela mídia, em especial pela televisão. Ele afirma: “o ser humano não pode se deixar ser criado como um cachorrinho, onde, pela televisão, ele está sendo treinado para ser um idiota que não precisa pensar, pois a mídia iria pensar por ele” (MELO, 2006 *apud* CHAOS D.C).

Nesse mesmo sentido, o psicólogo alemão G. Maletzke em seu livro “*Kulturvefall durch Fernsehen?*” de 1988, já citava como efeitos negativos da televisão:

- Sintonização com o espetacular e empobrecimento do conteúdo por meio de transmissão demasiado rápida (cultura relâmpago);
- Percepção falsa da realidade (tudo é transformado em “*show*”);
- Ocupação passiva do tempo livre;
- Estimulação da violência;
- Empobrecimento da comunicação humana (vida familiar e social);
- Diminuição da capacidade de fala e de leitura em crianças;
- Do impulso para ler e brincar (MELO, 2006 *apud* CHAOS D.C).

Foi utilizado o modelo da televisão, mas as informações vêm de todos os lugares e muitas vezes essas notícias não são filtradas pelas pessoas, que são rotineiramente bombardeadas por um verdadeiro turbilhão informativo ou desinformativo que rege suas vidas.

Um exemplo de sensacionalismo apreciado pela imprensa, foi a tragédia ocorrida em Paris na madrugada de 31 de agosto no Túnel de L'Alma, quando um acidente automobilístico matou a princesa Diana de Gales. Nesse sentido afirmou Fernando Mauro M. Salerno, Diretor-Geral de "O Valeparaibano" de São José dos Campos:

Sua morte prematura provocada, quem sabe, pelo assédio dos "paparazzi" gerou o questionamento seguinte: em que medida o interesse pela aparência divulgado pela imprensa alternativa teria, em parte, responsabilidade pela exposição cruel a que "mitos" atuais estão sujeitos?

Segundo o historiador marxista inglês Eric Hobsbawn: "Não há dúvida de que a mídia conduziu Diana até sua morte". Porém, cumpre olhar o reverso da moeda, visto que existem várias versões afirmando que a própria princesa teria interesse em cunhar uma imagem de embaixatriz humanitária e "rainha dos corações", envolvendo a imprensa num jogo de sedução.

Considerações à parte, não se pode deixar de constatar que, se viva, a princesa motivava a mídia, morta, ela preencheu páginas, sem conta, nos periódicos mundiais.

No entanto, para ilustrar ainda melhor nosso questionamento inicial, outro fato, extremamente significativo, ocorreu num processo de simultaneidade ao acima descrito: a morte de madre Teresa de Calcutá.

A cobertura dada ao desaparecimento daquela que colocou toda sua vida a serviço dos empobrecidos, Prêmio Nobel da Paz em 79, não mereceu por parte da imprensa destaque comparável. Afinal, sua imagem despojada de "glamour" e voltada exclusivamente para causas humanitárias, não interessa ao leitor com a mesma intensidade [...] Ela não faz parte do sonho. É real, duramente real [...].

A linha divisória entre o interesse público e o interessante para o público é tênue e depende, em parte, do modo pelo qual é explorado sob o ponto de vista jornalístico. Neste sentido, exige grande capacidade de discernimento tanto de quem escreve, quanto de quem lê.

Concluindo, a tarefa jornalística exige a conscientização da extensão das mensagens veiculadas, balizando o alcance da intervenção da imprensa na sociedade. É desafiador conceituar processos de criação, principalmente se invocamos parâmetros fixos. Exemplificando, Mathew Parris, do "Times" de Londres, afirma: "Os jornais de prestígio só esperam os tabloides darem a primeira mordida para avançar sobre a carniça". Portanto, um dos grandes desafios da imprensa é buscar com precisão o direito à informação, divulgando assuntos, cujo enfoque particular, sejam significativos para a formação da opinião pública.

É urgente publicar mensagens que, comprometidas com a verdade, apresentem soluções críticas e criativas para uma sociedade que, sedenta de curiosidade, possa vir a se tornar sedenta de conhecimento e mais próxima do amor (SALERMO, 2015).

Sobre a função a imprensa, leciona Helberth Santos Carvalho citado por LIMA *et al*:

O papel primordial da imprensa é levar informação com precisão à população de forma séria, imparcial, comprometidas com a verdade. Uma imprensa séria se preocupa em desempenhar o seu papel social para que cada vez mais a população possa sentir-se confiante neste papel tão importante que é a informação. “Uma imprensa séria é livre de máculas, são os olhos e a voz do povo” [...]. Bem como escreveu o jornalista L. H. Mencken que: “A verdade é uma mercadoria que as massas não podem ser induzidas a comprar”. Lembrando que este fenômeno comunicacional é capaz de dar “vida ou morte aos políticos”. Por ter tanto poder junto à sociedade, em 1928 o inglês Lord Macaulay apontou a imprensa como o “quarto poder”, aquele responsável por controlar os abusos dos poderes constituídos (Legislativo, Executivo e Judiciário), contra a população que na maioria das vezes não tem voz ativa para interferir em questões importantes (LIMA *et al*, 2013).

E complementa de forma brilhante que:

Os meios de comunicação, notadamente a televisão, constituem-se em poderosos instrumentos de manipulação e persuasão, sendo na atualidade os maiores formadores não só de opinião como de comportamentos, hábitos e atitudes”. O fato é que estamos quase sempre submetidos às regras impostas pela mídia por uma psíquica “ditadura” que permeia em nossos comportamentos.

Novelas por exemplo: Ditam modas, valores, desestruturação familiar como algo normal, enfim, o fato mostra a grande influência que a mídia em geral exerce notadamente sobre várias pessoas, e principalmente demonstra a grande responsabilidade da imprensa perante a população. Uma notícia inverídica acarretará grandes transtornos ou até mesmo danos irreparáveis às pessoas. Por isso a imprensa tem uma responsabilidade imensurável na formação em parte da sociedade. Estando atrás apenas da inigualável obra criada por Deus, que é Família. Sendo essa base de toda conduta moral, honrosa, ilibada do ser humano.

Disse o papa João Paulo II em junho de 2000 a um grupo de donos de meios de comunicação de todo o mundo: “[...] Com sua influência vasta e direta sobre a opinião pública, o jornalismo não pode ser só guiado por forças econômicas, lucros e interesses pessoais. Deve, ao contrário, ser encarado como uma missão, até certo ponto sagrada, realizada com o entendimento de que poderosos meios de comunicação foram confiados aos senhores para o bem geral” [...]. Portanto fica perceptível a grande importância do papel da imprensa perante a sociedade (LIMA *et al*, 2013).

Nesse sentido, o que se nota é que o papel da imprensa na sociedade começa a ser questionado, isto porque, a imprensa é considerada o quarto poder, em alusão aos três poderes constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário). Ela teria o papel de ajudar no controle dos demais “poderes”, mas como controlar ela própria? Para responder essa indagação, afirma Umberto Eco, “que, num país livre, a imprensa só poderia ser controlada e criticada pela própria imprensa, e é nesse paradoxo que residem os problemas” (ECO, 1998).

Assim, no século XXI nasceu uma sociedade baseada na informação, de forma que no mundo atual, o grande jogo do poder ocorre na mídia. O que se pede é que ao menos esta se manifeste com isenção para poder eleger/defenestrar governantes e aprovar ou rechaçar

esta ou aquela política pública. A imprensa precisa assumir, antes de tudo, seu papel social de alta responsabilidade que deve ser exercido com absoluta transparência sob pena de ameaça à democracia e aos direitos de cidadãos por conta de etnia, credo, grau de instrução, posições político-ideológicas ou de estrato social a que pertençam. “É esperável, portanto, que aquela pautadora da mídia, a imprensa, compreenda seu papel social e aceite submeter-se a uma única e plausível exigência: equilíbrio” (LIMA *et al*, 2013).

2 O PAPEL DA POLÍCIA MILITAR NA SOCIEDADE

De acordo com o Dicionário inFormal, o vocábulo “Polícia” deriva do grego *Pólis + Cia*, ou seja, companhia da cidade, que tinha por objetivo promover a ordem dentro das cidades gregas (DICIONÁRIO INFORMAL, 2015).

Na atualidade, a Polícia é um órgão do Distrito Federal e dos Estados que têm a finalidade constitucional de preservar a ordem pública, e o faz por meio do poder de polícia. A polícia, portanto, é um braço forte do estado e a garantia de proteção dos cidadãos.

A Polícia é instituição que nasceu juntamente com o Estado, como forma de assegurar que as leis fossem cumpridas, os direitos e garantias individuais respeitados, tornado possível assim a vida em sociedade. Desta forma dispõe a Constituição Federal brasileira:

Art. 144 - A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988).

Então, pode-se afirmar que, em termos gerais, polícia é a atividade de assegurar a segurança das pessoas e de seus bens, mantendo a ordem pública, sobretudo através da aplicação da lei. Por extensão, o termo “polícia” é também utilizado para designar as corporações e os agentes que têm como principal função o exercício daquela atividade.

2.1 ALGUMAS ANOTAÇÕES HISTÓRICAS SOBRE A POLÍCIA MILITAR

Foi do século XI que retiram-se os aspectos referentes às relações internacionais do conceito de Polícia. Na Idade Média, já era possível perceber o exercício do poder de polícia, tal como hoje é conhecido, já nas comunas européias, por seus administradores, de forma que em várias comunas havia fiscalizações das profissões, como proteção dos consumidores e polícia sanitária, licenças de construir e alinhamento nas construções. Segundo Odete Medauar:

Aos poucos saem do âmbito da polícia as matérias relativas à justiça e às finanças. Nos primórdios do século XVIII, polícia designa o total da atividade pública interna, salvo a justiça e as finanças.

Vários repertórios sobre polícia vêm à luz: o primeiro, de autoria do Frances Delamare, sob o nome *Traité de la Police*, foi publicado entre 1705 e 1710. Esse momento coincide com o chamado Estado de Polícia, Estado esse que realizava intromissão opressiva na vida dos particulares. A partir daí o sentido amplo de polícia passa a dar lugar à noção de Administração Pública. O sentido de “polícia” se restringe, principalmente sob influência das ideias da Revolução Francesa, da valorização dos direitos individuais e das concepções de Estado de Direito e Estado Liberal. Polícia passa a ser vista como uma parte das atividades da Administração, destinada a manter a ordem, a tranquilidade, a salubridade públicas (MEDAUAR, 2008, p. 332).

Com a evolução estatal, o sentido de “polícia” restringiu-se, principalmente sob influência das ideias da Revolução Francesa, da valorização dos direitos individuais e das concepções de Estado de Direito e Estado Liberal. A Polícia então, passa a ser vista como uma parte das atividades da administração, destinadas a manter a ordem, a tranquilidade, a salubridade pública. A partir do Estado de Direito, inicia-se uma nova fase em que já não se aceita a ideia de existirem leis a que o próprio príncipe não se submeta. O Estado então passou a defender princípios entre os quais, o principal é o da legalidade, em consonância com o qual o Estado se submete às leis postas por ele mesmo, ou seja, as leis são aplicadas a todos indistintamente.

Foi na França onde surgiu a expressão “polícia administrativa”, em contraponto a polícia judiciária. De acordo com Cáo Tácito, citado por Odete Medauar, a expressão “poder de polícia”, tradução de *Police Power*, vigente no Ordenamento Jurídico brasileiro “[...] ingressou pela primeira vez na terminologia legal no julgamento da Suprema Corte norte-americana, no caso *Brown x Marland*, de 1827- a expressão aí se referia ao poder dos estados-

membros de editar leis limitadoras de direitos, em benefício do interesse público” (MEDAUAR, 2008, p. 332).

Assim, com o fortalecimento do Estado Democrático de Direito, o poder de polícia passou, então, a possibilitar a imposição de obrigação de fazer, sendo que a polícia tradicional limitava-se a impor obrigações de não fazer.

A Polícia como conhecida hoje, a Polícia Moderna, tem suas raízes debruçadas na Polícia Metropolitana de Londres, fundada em 1829. Sobre essa polícia apregoa Eduardo Cerqueira Batitucci:

Considerada a primeira polícia moderna em um país com governo representativo (MILLER, 1999), sua característica de modernidade estava associada à definição do seu papel como o de uma polícia preventiva e, portanto, não prioritariamente voltada para a implementação da Lei, por meio da repressão aos comportamentos desviantes. Estas duas ideias – um governo representativo e uma polícia preventiva – implicariam a necessidade de que a polícia deveria em primeiro lugar obter e, então, utilizar a aceitação e concordância voluntária das pessoas para a sua autoridade (MILLER, 1999, p. 1), e que o policiamento efetivo, nestes termos, requereria um consenso genérico de que o poder que a polícia representa e o poder que ela exerce são minimamente legítimos.

[...]

Para Manning (1997, p. 86), isso foi possível para a “nova polícia” em virtude de um projeto institucional cuidadoso, voltado especificamente para a ideia de que a polícia foi concebida, pelo menos em parte, como uma força direcionada para a construção de uma mediação política entre o povo e as elites. Neste sentido, a polícia deveria: [...] prevenir o crime, sem recorrer de forma repressiva à sanção legal e procurando evitar a intervenção militar em distúrbios domésticos (tais como em motins e revoltas populares); gerenciar a ordem pública de forma não violenta, com a aplicação de recursos violentos apenas como última possibilidade para conseguir obediência e concordância; minimizar e mesmo reduzir, se possível, a divisão ou separação entre a polícia e o público, e demonstrar eficiência através da ausência de crime ou desordem, e não através da ação policial voltada para este fim (MANNING, 1997, p. 92-93) (BATITUCCI, 2010).

No âmbito do Brasil, em particular, talvez em decorrência do processo de colonização a que foi submetido, a polícia surgiu em face de necessidades específicas, seu surgimento embrionário, ainda que não oficializado deu-se com a chegada da família real ao país (SODRÉ, 1968. p. 50-51).

Assim, com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, o que marcou o fim da colonização, se fez necessária a criação de um aparelho policial oficial para dar suporte de segurança. Muitas nomenclaturas foram dadas a estas “forças de segurança”, mas a partir de

1946 as Corporações dos Estados (as antigas guardas) passaram a ser denominadas Polícia Militar.

De lá pra cá, conforme a população aumenta e, principalmente, conforme a criminalidade aumenta a Polícia Militar vai acompanhando as mudanças e se adaptando a elas, criando novas divisões, inclusive as polícias especializadas. Assim nasceu, em todo o Brasil, os grupos de elite da Polícia, tais como o Bope (Batalhão de Operações Especiais), COE (Comando de Operações Especiais), Gate (Grupo de Ações Táticas Especiais), PATAMO e outras, que hoje existem em todos os comandos da PM por todo o Brasil.

Foram criadas unidades especiais como a Cavalaria, a de Cães e os grupos de Choque, que têm como função acabar com motins e rebeliões em presídios e também a de manter a ordem nas ruas, durante protestos e manifestações, situações de crise. Em decorrência disto, é uma das polícias mais criticadas porque age com rigor, principalmente pela imprensa.

As PMs têm ainda batalhões especiais para cuidar do trânsito nas cidades e multar os que não cumprem as leis de trânsito. Possui também os Batalhões de Trânsito que cuida das estradas e dos motoristas que insistem em burlar as leis. A partir de junho de 2008, a PM também ficou responsável por fiscalizar os que bebem antes de dirigir, com a entrada em vigor da Lei Seca.

Além dessas especialidades da PM, com o crescimento da consciência quanto a preservação da natureza e de seus animais, foi criada, em todo o país as polícias Ambientais ou Florestais, que também são de batalhões especiais da PM que têm a função de inibir o corte ilegal de árvores, o tráfico de animais silvestres e a destruição de florestas. Estas polícias, ao contrário do que se possa pensar, não trabalham só nas matas, haja vista que nas grandes cidades há batalhões e postos das polícias ambientais e florestais, pois os traficantes de animais, trazem os animais para as grandes cidades para revendê-los.

Há ainda a Polícia Montada, aquela que utiliza cavalos, que também constitui-se uma especialização da PM que existe em todos os Estados brasileiros. Todas estas divisões especiais têm seus próprios batalhões que funcionam em prédios distintos e cada uma tem um comando específico e cada um dos comandantes destas unidades da PM estão subordinados ao Comandante Geral da Polícia Militar.

2.2 A NATUREZA DO TRABALHO DA POLÍCIA E SEUS DILEMAS

De acordo com N. R. Costa, a dimensão política da polícia é identificada desde a etimologia do termo, que tem como origem o vocábulo grego *polis*, tal como política. Diz respeito ao exercício da autoridade coletiva, sendo que duas dimensões importantes são ressaltadas no desempenho da função policial, quais sejam: a) o dever de exercer o controle social e, b) a possibilidade de uso da força no cotidiano, embora a polícia realize uma série de atividades que não estão relacionadas necessariamente a esses aspectos (COSTA, 2004, p. 93).

Mas a verdadeira natureza da missão da polícia na verdade são ignoradas ou conhecidas de maneira generalizadas. De forma que a polícia é uma instituição muito mal conhecida no sentido de que se ignoram suas possibilidades reais de ação e a extrema dificuldade em desempenhá-la.

Essa ignorância não deixa de ser algo paradoxal, porquanto não existe serviço público que tenha igual a ela, tantos contatos direto com a população. Os policiais, ao contrário da imensa maioria dos servidores públicos, imiscuem-se a todo o momento na vida particular das pessoas, na rua como em diversos outros lugares em situações determinadas, seja quando com sua simples presença procuram prevenir as ações ilícitas e assegurar a paz social. Relação assim, tão constante, deveria logicamente, ao que parece dar uma ideia nítida e objetiva da polícia. Mas não pratica não é isso o que ocorre.

O desconhecimento desse organismo tem muitas causas. Em primeiro lugar, a polícia intervém num domínio em que o público vê com muita frequência despontar um mistério, isto é, a impressão de estar diante de algo oculto, secreto mesmo. Entretanto ela resolve os problemas, ou ao menos tenta, com trabalho rigoroso e metódico, que as pessoas têm dificuldade de entender. Em segundo lugar, muitos romances policiais, certos filmes e mesmo a imprensa, de que se abastece o grande público, contribuem para perturbar os espíritos das pessoas. O policial só pode ser uma figura mesquinha quando comparado ao detetive amador que não está sujeito a nenhum código de normas e dotado de faculdades geniais que o fazem

conseguir êxito em todas as suas empreitadas. Ou ainda, o policial só pode ser truculento se observado pelos olhos irresponsáveis de parte da imprensa.

No que tange a complexidade das funções da polícia, apregoa Geélison F. Silva e Cláudio Beato citando GOLDSTEIN (2003) e SANTOS (2012):

Destacam-se a complexidade e a amplitude da função Destacam-se a complexidade e a amplitude da função policial em razão das muitas incumbências e conflitos encontrados no exercício da sua função. Isso faz com que qualquer definição do que é o trabalho policial deixe de considerar algum aspecto importante. Tal complexidade começa pela dependência da polícia para com o sistema de justiça criminal. A necessidade de utilização do sistema confere a associação das atividades policiais a transgressões penais. Daí a tendência da polícia em classificar grande proporção das atividades como ligadas à criminalidade. Esta ligação da polícia com o sistema de justiça criminal faz com que, no imaginário popular, os dois sejam entendidos como a mesma coisa [...].

Há contraste entre o trabalho policial e as operações do sistema de justiça, principalmente, por gastar a maior parte do tempo tratando de assuntos não relacionados ao crime. Atende à pedidos de socorro, cuida de acidentes e pessoas doentes, animais feridos e perdidos, pessoas embriagadas e drogadas, trata de distúrbios familiares, brigas de gangues, reuniões barulhentas, registros de danos à propriedade, acidentes de trânsito, desaparecidos, achados e perdidos e controle de multidões. Áreas pobres são o principal campo de atuação, desempenhando papel assistencialista. Apesar disso, até policiais descrevem de maneira pobre as suas atividades (SILVA; BEATO, 2013).

Cada uma das pessoas exige que a polícia as protejam com a maior eficácia possível de tudo que possa lesá-las, mas se sente prejudicada quando se torna alvo de alguma intervenção policial, por mais insignificante que seja. Nesse sentido afirmam Geélison F. Silva e Cláudio Beato:

[...] diversos setores da sociedade aceitam a ideia de que há “tensão entre a manutenção da ordem e o exercício democrático do poder por parte das polícias” [...]. O aumento da criminalidade pode favorecer esse endurecimento das práticas policiais em que a força é usada como tentativa de controle social. Dilemas semelhantes ocorreriam ou teriam ocorrido em outros países. Para Emisley (2002), durante o século XIX, a Inglaterra realizava punição de forma seletiva ao enfrentar a desordem e tentar controlar motins. Nos Estados Unidos, Wacquant (1999) aponta para o aumento da população prisional, sobretudo de negros, indicando viés seletivo da polícia ao combater o crime e prender suspeitos. De acordo com Taxman *et al* (2005), minorias étnicas constituem cerca de metade da população no sistema de controle correccional, mas a soma dessa população no país é de apenas 27% (SILVA; BEATO, 2013).

Contudo, é preciso se pensar no fato de que não há possibilidade da Polícia assegurar uma defesa dos indivíduos deixando todo mundo em absoluta paz, razão pela qual, inevitavelmente ela se encontra como “culpada” na mente das pessoas. Ora, se cada um tomasse plena consciência de que as normas ditadas valem tanto pra si quanto para os demais, deixariam de encarar a polícia como uma indesejável intrusa.

Mas essa tarefa de compreender a polícia não deve recair apenas na população, mas para isso se concretize, também é preciso ser desenvolvidas ações pela própria Polícia visando uma aproximação mútua.

Não há como admitir em pleno século XXI, uma Polícia truculenta, desprovida de membros plenamente capacitados, tanto mental como fisicamente, além de adestrados aos limites que a lei impõe ao exercício de sua profissão. É inadmissível uma Polícia ainda reproduzindo uma atitude dos tempos do governo militar. É vergonhoso, senão antiético um policial do Estado Democrático de Direito que não seja um pacificador convicto e um multiplicador da paz. Isto não quer dizer que a Polícia deva ser conivente com o crime ou com a criminalidade ou ainda com os criminosos. Só quer dizer que ela precisa compreender que não é só Polícia dos bandidos, mas é tanto quanto dos cidadãos de bem.

É razoável que por vezes a Polícia precise usar a força e ainda há vezes que o uso dessa força atinja a letalidade. Mas essas ocasiões precisam ser exceções e todas afinadas com o estrito mandamento legal. Fora disso a Polícia age com abuso de poder e pratica violência afastando-se do uso legítimo da força.

Outras ações ainda podem e devem ser elaboradas pela Polícia no sentido de combater a criminalidade, mas com o apoio da população. Uma mudança de paradigma talvez seja um bom começo. E como não mencionar a Polícia Comunitária que progressivamente tem sido inserida como política de segurança pública o Brasil e no Mundo. Mas, sobre a Polícia comunitária será estado no item 3.3 do próximo capítulo. Por enquanto, basta mencioná-la como uma das formas de aproximar a Polícia da sociedade e fazê-la compreender melhor sua interferência restritiva necessária na vida das pessoas.

3 A IMPRENSA E A POLÍCIA MILITAR

Que a Segurança Pública é um tema constante nos noticiários de qualquer parte do mundo seja pela sua importância ou pela carga de emoções que trazem aos noticiários, isto é fato. Mas é fato também que tratar de Segurança Pública e, principalmente, da Polícia, é a oportunidade que a imprensa tem de encarar o desrespeito à integridade da Ordem Pública de maneira sensata ou de reproduzir *shows* sensacionalistas baseados nos acontecimentos ou

pseudo-acontecimentos, que chamam a atenção por sua gravidade, não tratando a situação de maneira responsável. De forma que a opção pela forma com que vai retratar a Segurança Pública varia conforme as intenções do órgão divulgador: escolherá a primeira opção quando sua intenção é a “orientação de seus esforços para o interesse da sociedade”, a segunda, quando visa somente os “negócios num mercado competitivo”.

Todos sabem a força que a imprensa tem e também sua importância para o desenvolvimento de uma sociedade livre e democrática. Uma imprensa livre mobiliza os cidadãos e fiscaliza o poder público. Ela trabalha levando a todos as situações relevantes ao nível nacional e internacional, trata da economia, da política, da cultura e de todos os demais assuntos de interesse coletivo.

Nesse cenário, é importante que a imprensa esteja acima de qualquer manipulação de ideias ou fatos, porque se assim não for poderá ameaçar valores essenciais numa sociedade democrática. A condução de informações relevantes para atacar ou beneficiar algum grupo ou instituição, induzindo o cidadão a apoiar ou negar algum fato é no mínimo reprovável. É necessário que a imprensa atue sem direcionamentos, fazendo apenas com que o cidadão pense, analise e avalie cada situação posta, por si só.

Baseado nestas premissas é que se pode alertar sobre as dificuldades que a imprensa por vezes impõe ao trabalho da Polícia, pois com base no seu grande poder de intimidação, tenta impor seu jugo, deturpando notícias e situações que levam a sociedade a uma visão equivocada do trabalho policial. Acreditam ou fingem acreditar em soluções mágicas e oportunistas, muitas vezes levados pelo calor da hora e da vontade de noticiar e mostrar em primeira mão os acontecimentos, sem uma reflexão necessária e induz o espectador/leitor ao erro. Agindo assim, a imprensa trabalha contra a Segurança Pública e propaga o descrédito na Polícia, sem a qual não haveria meios de se conviver em sociedade. É o que se passa a estudar.

3.1 A IMPORTÂNCIA DA CONFIANÇA NA POLÍCIA MILITAR

Em todo país de tradição liberal, a finalidade das normas do procedimento penal serve para garantir interesses aparentemente opostos. Trata-se, com efeito, de proteger, ao mesmo tempo, a sociedade constantemente exposta às investidas mais ou menos graves de criminosos e o indivíduo sobre o qual paira a ameaça de estar suspeito e até acusado de cometer faltas contrárias à lei.

E nesse dilema está a Polícia, principalmente a Polícia Militar que lida diretamente com o cidadão todos os dias. Nessa relação é preciso ficar claro que a preocupação em poupar o cidadão de bem não pode criar obstáculos na luta para conter os criminosos. E nesse ínterim, muitas pessoas, por vezes induzidas pela imprensa não se atenta que a Polícia precisa agir/reagir com a medida necessária para conter a desordem e ainda por vezes precisa restringir direitos de cidadão de bem para sanar alguma dúvida no sentido de prevenir o crime.

A Polícia quando usa da força legítima não pratica violência, mas ao contrário executa sua função. Se essa força for excessiva, desproporcional, desnecessária, cabe ao Poder judiciário e à Administração Pública corrigir de forma vigorosa, mas se a força for aplicada na medida certa, nenhuma ilegalidade foi cometida, senão o desenvolvimento de uma atividade que é ínsita à Polícia Militar.

É imprescindível que a população diferencie uso da força legítima e violência, para que o trabalho da Polícia Militar pare de ser julgado de forma pejorativa e os policiais parem de ser chamados de truculentos.

A Polícia brasileira precisa evoluir cada vez mais. Sair do “estado de militarismo” exacerbado e se adequar de forma definitiva aos moldes da Constituição Federal, ou seja, ser uma Polícia cidadã, que cumpre suas funções com vigor quando preciso, mas que é parceira da comunidade. Para que quando fatalidades ocorram, a população saiba que a Polícia fez tudo o que foi possível para evitar tal tragédia. Tal entendimento, de uma lógica por certo rigorosa, decorre da ideia de que se tem das obrigações que tocam à Polícia, a par de suas possibilidades de ação. Tem ela, efetivamente, por missão essencial, ao que se pensa, prevenir e reprimir todos os crimes e contravenções, sem, no entanto, perder de vista, para atingir esse desiderato, o respeito a liberdade de cada um, os direitos humanos fundamentais e a dignidade da pessoa humana.

É muito importante, quiçá imprescindível que a população confie na Polícia Militar e muitos fatores influenciam nessa relação de confiança. Nesse sentido lecionam Geélison F. Silva e Cláudio Beato:

Enquanto alguns formulam a opinião sobre a polícia a partir de percepções gerais, outros o fazem pela observação de comportamentos específicos. Assim, a proximidade das agências pode influenciar a atitude e sentimento dos cidadãos [...]. A proximidade seria naturalmente estabelecida em pequenas localidades ou de costumes tradicionalistas. Torna-se relevante verificar a hipótese de que, nas cidades pequenas, regiões e estados tradicionais, há maior confiança na polícia em função da coesão local, nível de crime, e do tipo de contato estabelecido.

[...] o contato com a polícia é estabelecido de maneira direta ou indireta. O contato indireto é, na realidade, conhecimento ou informação. Pode se dar através da mídia ou de informações de terceiros. Já o contato direto é pessoal com a instituição ou algum seu representante. As características da instituição policial permitem que haja os dois tipos de contato.

É importante considerar que o grau de confiança que o indivíduo possui é afetado pelos acontecimentos que já ocorreram em sua vida. Os chamados antecedentes da confiança são tidos como essenciais. Por isso, aspectos como violência e corrupção são importantes, mas a confiança também depende do histórico de confiabilidade e efetividade da instituição. Ao entrar em contato, leva-se em conta o que há de registro na memória ou história. Apresenta-se uma reação subjetiva que pode ser acionada na consciência coletiva. Por outro lado, a experiência cotidiana pode reforçar as impressões da coletividade ou endossar as interações sociais, o que nesse caso interfere na eficiência policial [...].

Entretanto, o mais óbvio impacto (positivo ou negativo) do contato direto com a polícia sobre a confiança nela depende da avaliação que o indivíduo faz do encontro que teve com os agentes. Quando a avaliação é positiva o impacto na confiança tende a ser positivo [...]. Pesquisas têm encontrado que quanto maior é o contato dos cidadãos com os policiais, menor tende a ser a satisfação com sua performance. E, quando indivíduos já passaram por experiências de corrupção ou brutalidade policial, tendem a fazer uma pior avaliação da instituição [...].

A confiança é construída coletivamente com base no julgamento sobre o cumprimento da função institucional. É composta por crenças e expectativas, e não somente por observação e conclusões originárias de experiências pessoais. Embasase na avaliação que o público faz da instituição através do contato pessoal, mas também indiretamente pela mídia. Para além da ação de indivíduos e instituição, a confiança depende da interpretação feita por cidadãos e terceiros [...].

O grau de conhecimento sobre a instituição pode influenciar o nível de confiança. A mídia tem maior poder de influenciá-lo no caso do sistema de justiça e polícia pelo fato de que pequena parcela da população tem experiência direta com essas instituições. A proporção de pessoas que entram em contato direto com o sistema de saúde, por exemplo, é muito maior [...]. Como a proporção de indivíduos que têm contato direto com a polícia é baixa, a maioria das pessoas pauta sua percepção através da experiência de outras, o que é acessado por conversas informais e meios de comunicação [...].

Dentre algumas abordagens sobre mídia, com frequência, a imprensa é inserida numa relação de poder, que favorece ou prejudica a legitimidade de ações de determinadas instituições como a polícia. A mídia pode legitimar a ação policial e, ao mesmo tempo, o abuso de poder e a autoridade policial através do apoio a ações ilegais. O posicionamento da mídia influencia a opinião pública tanto para o apoio a ilegalidades como pode levar à percepção de que a instituição não é eficiente [...] (SILVA; BEATO, 2013).

Por outro lado, a população precisa compreender a natureza da função da Polícia e mais que isso, precisa confiar nesta Polícia que é no fim da história, é a quem ela recorre para

pedir socorro as mais diversas urgências/emergências. Sobre a origem dessa desconfiança e os diversos afazeres da Polícia leciona Tani Bottini:

[...] muitas das funções desenvolvidas pelas Polícias, na verdade sua grande maioria, não passa pelo uso de força. E apesar do conceito inglês ser o mais próximo da realidade policial, pois como diz Marcos Rolim no seu livro, citando Goldstein: “[...] longe de lidarem apenas com questões relacionado à criminalidade, os policiais tratam cotidianamente de dezenas de outros problemas. Eles emitem autorizações para eventos e credenciam pessoas; emitem certificados e fazem vistorias; liberam portes de armas; acompanham manifestações públicas; protegem testemunhas e custodiam pessoas em tribunais; atendem solicitações dos mais variados serviços; buscam crianças desaparecidas; localizam objetos perdidos; transportam doentes aos hospitais e, muitas vezes, fazem partos de emergência [...]”, esta entre outras tantas atribuições que

“sobram” para as polícias. É como se, quando existe algo a ser feito e não há ninguém específico para tal *mister*, teremos sempre a polícia que poderá agir. Mas seguindo o modelo francês aqui nos encontramos.

De outro lado, os grupos de direitos humanos também têm sua parcela de culpa nesta situação caótica. E não é pequena. Façamos uma singela retrospectiva. Com o fim do sistema autoritário, iniciado após o golpe militar de 1964, surgiram diversos defensores dos direitos humanos, que gritavam a plenos pulmões que a polícia agia utilizando a tortura, que as confissões e esclarecimentos eram conseguidos nos porões, ao total arrepio da lei, e em vista disto se iniciou uma Cruzada contra as Instituições Policiais.

Era a busca de culpados, na visão decorrente, com certeza, daquele que foram atingidos nos tempos da ditadura e amargavam rancores contra seus algozes. Isto tudo sem analisar que estes, os policiais, cumpriam as ordens do Governo vigente à época, um Governo onde “*você estava com ele ou contra ele*”. Passou-se a realizar inspeções em delegacias, em batalhões da Polícia Militar, com a presença de membros da OAB, representantes do MP e grupos de Direitos Humanos; buscou-se fortalecer as corregedorias efetuando prisões de policiais, tudo o que alimentou a mídia deste país por anos e incitou o imaginário popular contra as polícias, tirando-lhes respeito, autoridade e até mesmo a dignidade (BOTTINI, 2010).

Portanto, é necessário como já tido linhas acima que a visão da população com relação à Polícia seja modificada, amadurecida, pois trata-se de instituição da maior importância para que seja mantido o Estado Democrático de Direito. A sociedade precisa entender, assim como os próprios policiais que eles são acima de tudo cidadãos também. Aliás, sobre essa questão, afirma de forma brilhante Tani Bottini:

Todos nós acabamos por esquecer que o policial é, antes de tudo, um cidadão. O Governo, os grupos de direitos humanos e as Academias de Polícia se esqueceram. Ele é formado e colocado nas ruas para cuidar dos piores dramas da população, mas quem cuida dos policiais? Onde estão suas salvaguarda e garantias contra toda a miséria presenciada? E ele também acaba por ser vitimizado frente a tanta violência. E pior, sentem a impotência de não poder resolver os dramas com os quais lida, e é neste momento crucial que o policial se divide em não se responsabilizar por nada que aconteça ou de assumir uma postura de “salvador da pátria” e resolver tudo a sua maneira, nem sempre a correta ou legítima.

Mesmo com esta carga diferenciada e extenuante os governos, a sociedade e até mesmo os grupos de direitos humanos não têm qualquer tipo de consideração com aqueles que compõem estas Instituições. De como se desenvolvem suas atribuições, quais as condições de trabalho que eles encontram na sua jornada diária, quais os mecanismos de ajuda que lhes são dispensados. É como se a escolha da profissão de

policial, de defensor da sociedade, os fizessem menos merecedores de qualquer atenção por parte dos demais membros daquela sociedade.

Isto dá uma sensação de desamparo muito grande, não importa quanto seja feito, o serviço policial será sempre o de “*enxugar gelo*”, ou como no mundo da Rainha Vermelha “*corre-se mais e mais, para não sair do lugar. Aliás, é preciso correr muito para ficar no mesmo lugar.*” E como Alice, no livro de Lewis Carroll, os policiais acabam se frustrando, e exaustos pelo esforço inutilmente desenvolvido, desistem de tentar.

Além do já exposto, existe uma intensa cobrança social, todos acreditam que o policial deve agir, atuar, resolver, extirpar o crime e o criminoso, criando assim uma obrigação que vai muito além do possível, e isso leva a uma visão deturpada e arbitrária do uso permitido da força pelos integrantes das instituições policiais. O que não se percebe é que a sociedade cobra que se faça uso da força, mas quando usada, ela cobra por seu uso. Aliado ao fato de uma política governamental unicamente reativa e uma constante disputa de espaço entre as duas Instituições Policiais (Polícia Civil e Polícia Militar), que tem suas atribuições a cada dia mais emaranhadas (BOTTINI, 2010).

Então, é preciso esclarecer as pessoas sobre isso. E mais, é preciso mudança de comportamento e até de forma de policiamento, reforma de paradigma na gestão da Polícia, como se verá mais adiante.

3.2 A RELAÇÃO IMPRENSA *VERSUS* POLÍCIA MILITAR

Com o aumento da violência urbana, a imprensa encontrou uma forma de ganhar audiência e completar os ‘espaços sem matérias’ inserindo pautas referentes à Segurança Pública. O grande problema disso, é que na maioria das vezes as reportagens deixam de contextualizar o que levou ao crime, restringindo-se ao mero acontecimento do crime. Tal atitude colabora para aumentar a imagem de insegurança, já que as pessoas têm apenas a visão da violência pura e simples, sem saber o que está por detrás daquela ocorrência, quem é o autor, qual sua história de vida. A imprensa segue a tendência de divulgar eventos dramáticos, por óbvio porque dá mais audiência.

Essa questão é muito bem explorada por Marcos Rolim sobre o título “A notícia como realidade invertida”. Ele inicia sua explanação afirmando que:

Uma “boa matéria” é tradicionalmente pensada como aquela que relata um caso original, que desvenda uma situação não conhecida, que insinua, portanto, algo “novo”. Notícia é, por definição, “aquilo que é novo”. Só por isso, o jornal de ontem serve de embrulho. A historinha referida, entretanto, contém, também, uma armadilha ou um engodo. Ela faz crer que o fato noticioso – ou seja, aquele que merece ser comunicado como notícia – só possui valor na medida em que for

improvável. Assim, então, se poderia concluir que um homem morder um cachorro seria mais importante do ponto de vista jornalístico do que um cachorro morder uma criança em um parque, por exemplo, já que o primeiro fato é muito menos provável que o segundo.

Sabemos, entretanto, - não apenas nós, mas também os jornalistas -, que isso não é verdadeiro e que o segundo fato é muito mais importante. Mas porque sabemos disso? Porque compartilhamos de um valor moral que nos diz que o sofrimento de uma criança “conta mais” que o sofrimento de um cão. Não há nada de objetivo nessa conclusão. Ela é “verdadeira” na exata medida em que aceitamos seus pressupostos éticos (ROLIM, 2006, p. 188).

Ele está querendo dizer com isso que o jornalismo jamais pode ser desvinculado da ideia de moral, ética. Mas ele complementa dizendo que infelizmente o jornalismo se esquece disso e veicula uma matéria atrás da outra sem nem ao menos contextualizá-la, o que apenas serve para espalhar o terror nas pessoas e em nada ajudar a sociedade. Faz ainda menção dos dizeres de SOARES, complementando suas afirmações:

O volume de horrores acumula-se e, cada novo dia e novo episódio, aumentam a cifra trágica. Deduz o(a) leitor(a); “isso não cessa de acontecer”; “isso não termina jamais...” “onde vamos parar?” A unidimensionalidade dos canais do tempo na estrutura semiológica do noticiário diário faz com que cada novo fato se acrescente ao antigo, ampliando a cifra e indicando a deterioração da vida social. A razão é simples, não há referência externa; o canal é único e excludente: a realidade é feita de um fato depois do outro, que se soma ao anterior, tornando-o sempre maior (SOARES, 1996, p. 167 *apud* ROLIM, 2006, p. 190).

O Major QOPM Irineu Ozires Cunha, da Polícia Militar do Paraná apregoou de forma muito consciente sobre o papel da imprensa, num artigo intitulado “A imprensa que cumpre o papel de informar pessoas desinformadas”:

Hoje é notória a consciência de que a imprensa constitui-se em um poder à parte, com força capaz de modificar as mais sólidas bases de nossa já carcomida sociedade.

Mas, o que faz a imprensa com todo esse poder? Como o usa? Na verdade, hodiernamente, cumpre um triste papel de informar pessoas desinformadas. Ora esse não é o seu papel. Seria se o fizesse com o objetivo de informar o desinformado da verdade, e é justamente o que não faz.

Os órgãos, na sua maioria, quando veiculam uma informação nos seus diversos canais não esclarecem o leitor/ouvinte e dizem-lhe que a segurança é ruim e que a polícia nada faz para controlar a criminalidade ou violência, que assolam o Estado assustando cada vez mais as pessoas, hoje prisioneiras, principalmente, nas grandes cidades.

Sim, isso é verdade. É uma informação correta. É de fato o que vemos assustados acontecendo. Contudo, o que se constata com tristeza é que os órgãos de imprensa não cumprem sua maior missão - a de informar corretamente - senão a par disse noticiariam que a violência, notadamente, nos grandes centros não é só um problema de polícia, mas sim de desestruturação da família e que hoje a igreja, os templos não significam mais nada dentro dessa estrutura, como representaram no início do século. Hoje querem muito mais status político de poder, do que o poder de resgatar almas.

Diriam, se quisessem, os órgãos de imprensa, que prevenção e combate a criminalidade, como um todo, depende muito mais de ações políticas/sociais do que de repressão.

Diriam que enquanto os governos municipais, estaduais ou mesmo o federal continuarem a combater problemas sociais com ação de polícia não se ajudará o adolescente mendigo, o que cheira cola, o que é usado para o tráfico convencional de entorpecentes, enfim diriam que a sociedade precisa solidarizar-se mais com o próximo e que isso implicaria em não querer conviver pacificamente com o criminoso que frequenta o seu clube social, as mesmas rodas de amigos, mas que hipocritamente os recebe e às vezes, como cidadãos de bem. A desculpa é sempre a mesma: ele é um bom samaritano. O que faz e de onde vem sua renda pouco importa. Diriam, ainda, que é preciso expurgá-los de seu convívio e promover sua autodefesa. Aí, sim, a imprensa estaria, de fato, cumprindo o seu papel de informar o desinformado, mostrando a realidade que está por de trás dos bastidores. Mas até que tudo isso aconteça, essa consciência aflore nos homens da imprensa, nós continuaremos como únicos responsáveis, infelizmente pelo pesado ônus da crescente violência e o aumento da criminalidade, não importa o que façamos (CUNHA, 2014).

Ainda há o problema da não assunção de maneira proporcional, por parte da imprensa, dos erros cometidos em suas matérias. Nesse sentido afirma Carlos Brickmann: “A acusação é feita em manchete, o desmentido precisa ser lido com lupa.” A consequência mais grave dessas irresponsabilidades que são realizadas por alguns jornalistas mais engajados na obtenção do lucro do que na evolução social, é a desmoralização da instituição Polícia e a desconfiança da população.

Assim leciona Luiz Eduardo Soares: “[...] uma verdadeira política de segurança tem de incluir uma política de comunicação. [...] Segurança é expectativa estável, positiva e amplamente compartilhada de que há e haverá segurança. Em outras palavras, segurança é confiança”. Nesse sentido constatou Geélison F. Silva e Cláudio Beato:

O crime seria reproduzido nos meios de comunicação como espetáculo para o público. Relações de poder explicariam, ao menos em parte, a exposição de crimes na mídia, utilizada como instrumento de dominação ao contribuir para a legitimação de dominantes e a situação desprivilegiada de dominados [...]. Por outro lado, é possível que a mídia transmita uma imagem de ineficiência da polícia ao publicar eventos criminais, explorando principalmente os mais violentos. Os cinco principais jornais da imprensa escrita mineira, por exemplo, publicaram em 29 edições de janeiro de 2009, 822 matérias sobre crime. A maior parte (31,6%) dos crimes publicados foi homicídio. Ainda, 9,3% foram crimes de violência sexual. Tais tipos de crimes não ocorrem em proporção tão elevada, mas, do mesmo modo que a população registra os crimes mais graves, a imprensa tende a publicar mais frequentemente os mais violentos [...]. Apesar da alta exposição de crimes na mídia, isso não inviabiliza que ela favoreça a polícia, já que a imprensa depende das informações policiais para esse tipo de publicação. Dessas matérias, em 79,2% a polícia serviu de fonte, na maioria das vezes única. Em 96,8% dessas matérias não houve apresentação de opiniões divergentes. Logo, pode haver uma tendência de que a imprensa, ao publicar crimes, transmita a mensagem de forma a favorecer a polícia [...].

[...] a potencialidade ambígua da mídia em favorecer e prejudicar a percepção que os indivíduos têm sobre a polícia. Por um lado, tem-se uma visão heróica: “Estamos, de alguma forma, em contato com elas: através da idealização heróica e quase sempre romântica dos seriados de TV, dos *trillers* de ação e dos folhetins policiais; nos noticiários sobre crimes e violência policial” [...]. Mas por outro, é possível que haja demonização:

“A demonização dos meios de comunicação de massa, particularmente a televisão, tem sido uma moeda corrente nas queixosas narrativas policiais. Segundo esses discursos, as TVs estariam diariamente divulgando os maus hábitos, elogiando os péssimos exemplos de comportamento e, por conta disso, promovendo não só a ‘banalização da violência’ como também uma ‘destrutiva inversão dos valores da sociedade’” [...].

Se a mídia repercute comportamentos condenáveis da polícia, o seu prestígio e confiança são gravemente afetados. Quando oficiais da Filadélfia admitiram terem obtido confissões por meio de coerção em vizinhanças pobres, falsificado evidências e praticado perjúrio em mais de 1500 casos, principalmente com negros, houve intensificação da cobertura da imprensa. A percepção da polícia se negatizou e muitos passaram a enxergá-la como gangue [...].

Estar exposto aos registros da má conduta policial na mídia aumenta a percepção de que a polícia se comporta mal. *Reality* shows sobre polícia tendem a favorecer a percepção positiva sobre ela, enquanto a cobertura de abusos prejudica. Um único incidente pode causar grande impacto na opinião pública. Cada acontecimento conhecido pode ser internalizado e até mesmo experimentado vicariamente. Ou seja, um indivíduo pode comunicar sua experiência com a polícia para amigos, família, conhecidos e vizinhos com a possibilidade de propagar suas crenças (SILVA; BEATO, 2013).

Isso nos leva a entender que pouco adianta que haja Ordem Pública efetiva, pois com ela deve haver a sensação na sociedade de que há Ordem Pública. Veiculação de fatos infundados, descontextualizados e eivados de erros vão no sentido oposto desta constatação, pois criam um sentimento de terror por vezes irreversível, mesmo diante de ações e fatos afirmadores da paz social advindas da Polícia.

3.3 CAMINHOS PARA O FUTURO: REPENSANDO O POLICIAMENTO

Como visto nos itens acima, a violência urbana está estampada nas redes de comunicação de forma descontextualizada e muitas vezes apresentada de maneira teatral, impondo às pessoas um cotidiano de horror e uma sensação de insegurança constante. Nesse sentido afirma Marcos Rolim:

Os leitores habituais de nossos jornais e as pessoas que assistem frequentemente à televisão em países como o Brasil possuem todos os motivos para imaginar que poderão ser vitimadas pela violência. Crime e violência foram entronizados no cotidiano de todos, mesmo entre os grupos de menor risco. Vivemos, assim, com uma sensação de insegurança muito alta, como se estivéssemos dentro de um filme de Dirty Harry, em que o protagonista não consegue comer um hambúrguer sem ter que se deslocar para impedir um assalto a banco.

A sensação de insegurança, conforme já vimos, constitui, ela mesma, um problema de segurança pública que agrega efeitos criminogênicos. Esses efeitos podem ser a diminuição da circulação pública, e decorrente da diminuição da vigilância natural e a menor confiança na polícia e na justiça, levando a menor disposição de colaborar

nas investigações e de prestar informações, o que diminui a eficácia do sistema como um todo.

Com base nessa preocupação, uma mídia comprometida com a luta contra a violência deveria tratar da criminalidade com muita discrição; deveria, sobretudo, impedir que ele se transformasse em espetáculo. Sem sonegar qualquer informação relevante, essa cobertura ofereceria destaque às soluções encontradas pela polícia e chamaria atenção para os fatores precursores da criminalidade e da violência, demonstrando o que pode ser feito para a prevenção das condutas disruptivas – exercendo, nesse particular, pressão social benigna sobre a agenda política do país (ROLIM, 2006, p. 206).

Contudo, se a imprensa precisa mudar sua postura em prol de uma sociedade a qual serve a polícia também precisa trabalhar alguns de seus paradigmas. É preciso modernizar, evoluir e a melhor maneira de iniciar essa mudança procurar formas de melhor trabalhar a natureza da função da Polícia entre a comunidade. Existem diversas maneiras disso acontecer e muitas que ainda surgirão. Mas por agora, neste trabalho, interessa explicitar de forma breve o Policiamento Comunitário ou a filosofia de Polícia Comunitária como forma de aproximar Polícia e cidadão.

A Polícia Comunitária concerne numa mudança de paradigma no que tange a relação aos modelos de policiamento vigentes ao longo do século XX, objetiva aproximar a Polícia dos cidadãos a quem servem, baseado na cooperação de forma organizada, visando assim, a diminuição dos índices de criminalidade. Sobre a Polícia Comunitária apregoa Márcio Simeone Henriques:

A mobilização social é abordada como um processo comunicativo – de interlocução e de interação entre os sujeitos que agem coletivamente em prol da segurança pública, de tal forma que é fundamental entender os vínculos que eles criam – entre si e com a ação pela causa. Só assim é possível conceber as melhores estratégias de comunicação que devem operar no sentido não de fazer mera divulgação e propaganda, mas de dar o necessário suporte para gerar entendimentos e proporcionar um ambiente propício à cooperação entre a polícia e os cidadãos. O sentimento de tal interlocução e cooperação não é somente operacional. Se, de um lado, a aposta nas práticas de polícia comunitária é na maior eficiência do trabalho policial na redução da criminalidade, de outro, ela também se faz pela necessidade de que esse trabalho seja adequado aos novos modelos de exercício democrático e se baseie no respeito aos direitos humanos (HENRIQUES, 2010, p. 14).

Então, pode-se ver que com uma elaboração e desenvolvimento responsável do policiamento comunitário, a Polícia Militar além de adequar-se à nova dogmática constitucional, estatuindo-se como Polícia Cidadã, ela cumpre com maior eficiência sua missão de combate ao crime.

Contudo, sabe-se que essa mudança não ocorrerá de forma instantânea e nem muito menos de forma fácil. Aliás, nesse sentido afirma Márcio Simeone Henriques:

Ao examinarmos o histórico da introdução da filosofia de polícia comunitária, podemos perceber que ela não é somente uma simples mudança de rotinas operacionais da polícia nem apenas uma estratégia de propaganda à qual recorre para gerar aceitação pública. A forma como vem sendo proposta e, mais ainda, o modo como veio inserir-se no corpo doutrinário, indica que a filosofia de polícia comunitária é parte importante de significativa mudança estrutural, que tenta transformar o *modus operandi* e as formas de lidar com a sociedade. Por isso mesmo, tal mudança não é fácil nem rápida (HENRIQUES, 2010, p. 22).

A filosofia de Polícia Comunitária assim surge como uma nova forma de policiar, baseada não na desconfiança, mas ao contrário, na confiança mútua entre policial e comunidade, mas isso precisa ser trabalhado duramente e com seriedade. E nesse contexto a mudança precisa iniciar pela Polícia. Assim expõe o Livro da SENASP, Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária, sobre essa questão:

É preciso educarmo-nos, primeiro a nós mesmos, depois a comunidade e depois as futuras gerações de policiais e lideranças comunitárias, para esse trabalho conjunto realizado em prol do bem comum.

Os agentes de segurança pública e/ou de defesa social, precisam inicialmente quebrar paradigmas do papel da polícia da comunidade, respondendo à seguinte questão: O papel é de força, que tem como função principal fazer valer as leis criminais? Ou de serviço, que tem função principal os problemas sociais?

Ainda que esses dois papéis sejam distintos, eles são interdependentes e deriva de um mandato mais fundamental de manutenção da ordem – a resolução de conflitos através de meios que meschem o potencial uso da força e o provimento de serviços. Esses meios nem sempre precisam ser formais.

Isso vale dizer que o trabalho policial não pode ser conduzido sem uma colaboração organizada dos cidadãos. A forma mais comum de organização dos cidadãos é a comunidade.

[...]

Comunidade torna-se conceito de sentido operacional; comunidade é um grupo de pessoas que dividem o interesses por um problema: a recuperação de uma praça, a construção de um centro comunitário, a prevenção de atos de vandalismo na escola, a alteração de uma lei ou a ineficiência de um determinado serviço público. A expectativa é que a somatória de experiências bem-sucedidas de mobilização social em torno de problemas possa, ao longo do tempo, contribuir para melhorar o relacionamento entre polícia e sociedade e fortalecer os níveis de organização da sociedade (CURSO NACIONAL DA POLÍCIA COMUNITÁRIA, 2006, p. 80).

Em complemento apregoa a SENASP, sobre os motivos pelos quais o trabalho policial deve envolver a comunidade:

- A maioria das informações sobre crimes e outros problemas de interesse social vem da comunidade, por meio de vítimas, testemunhas, informantes e colaboradores;

- A comunidade tem conhecimento das condições locais;

- A comunidade tem o potencial de cooperar no esforço complementar de prevenção, principalmente atuando nas causas subjacentes aos crimes e desordens locais.

[...]

A polícia não deve esperar que as comunidades se organizem para se aproximar delas e discutir as questões de segurança: deve tomar iniciativas nesse sentido, tornando-se receptiva e estimuladora dessa ação social por meio de reuniões, palestras, visitas, debates etc. (CURSO NACIONAL DA POLÍCIA COMUNITÁRIA, 2006, p. 81).

Portanto, não é que a Polícia Comunitária irá solucionar todos os problemas da Segurança Pública num passe de mágica, não se trata disso, mas é um início que precisa ser tentado de forma honesta. Se a sociedade tiver confiança na Polícia, respeito e souber que pode contar com ela, tê-la como parceira, até a mídia perde um pouco do seu poder de massacrar a Polícia e de fazer com que comunidade se volte contra a essa Polícia ou desconfie dela, não a ajudando. O ciclo de desconfiança precisa ser quebrado, e, ninguém melhor que a própria Polícia para iniciar esse processo, já que é notório que o padrão tradicional não funciona mais. Nesse sentido é a lição trazida pela SENASP:

Há razões convincentes para a polícia acreditar que chegou a hora de alterar suas políticas e práticas, principalmente adequá-las as práticas já utilizadas na administração de empresas privadas. As estratégias de policiamento, ou de prestação de serviço, que funcionaram no passado não estão sendo eficazes atualmente. A meta pretendida, um aumento na sensação de segurança e bem-estar, não foi alcançada. O nosso cliente (a sociedade e os próprios cidadãos) está mais exigente, pois estamos em processo de contínua transformação. Tanto o grau quanto a natureza do crime e o caráter dinâmico das comunidades fazem com que a polícia busque métodos mais eficazes, para prestar o seu serviço. Muitas comunidades urbanas enfrentam graves problemas como: drogas ilegais (e legais como o cigarro, o álcool, entre outros), violência de gangues, assassinatos, roubos e furtos. Nesse ambiente em rápida mudança, onde a polícia lida com problemas epidêmicos de droga, atividade de gangues e níveis cada vez mais altos de violência, o conceito de policiamento comunitário tem se firmado, como a alternativa mais eficiente e eficaz. Os líderes governamentais e comunitários começam a reconhecer, cada vez mais, que também devem aceitar a responsabilidade de manter suas comunidades seguras. As comunidades devem tomar uma posição unificada contra o crime, a violência e o desrespeito à lei, e devem se comprometer a aumentar a prevenção contra o crime e as atividades de intervenção. As organizações policiais devem auxiliar na construção de comunidades mais fortes e auto-suficientes, comunidades nas quais o crime e a desordem não podem atingir padrões intoleráveis.

O policiamento comunitário, como prática, é a democracia em ação. Ele requer a participação ativa do governo local, dos líderes cívicos e comerciais, das agências públicas e privadas, dos moradores, igrejas, escolas e hospitais. Todos os que compartilham da preocupação com o bem-estar da vizinhança devem assumir a responsabilidade pela salvaguarda desse bem-estar.

A implementação do policiamento comunitário pressupõe alterações fundamentais na estrutura e na administração das organizações policiais. O policiamento comunitário difere do tradicional com relação à forma como a comunidade é percebida, e com relação às suas metas de expansão do policiamento. Embora o controle e a prevenção do crime permaneçam sendo as prioridades centrais, as estratégias de policiamento comunitário utilizam uma ampla variedade de métodos para alcançar essas metas. A polícia e a comunidade se tornam parceiros no tratamento dos problemas de desordem e descuido (atividade de gangues, abandono de automóveis e janelas quebradas) que, talvez ainda não sejam necessariamente criminais, podem levar ao cometimento de crimes graves. Na medida em que o laço entre a polícia e a comunidade se fortalece, com o tempo, a nova parceria se torna mais capaz de apontar e abrandar as causas subjacentes ao crime.

A polícia vem percebendo que as táticas de controle do crime devem ser incrementadas por meio de estratégias que o previnam, que reduzam o medo e que melhorem a qualidade de vida nos bairros. O medo do crime em si se tornou um problema significativo. Uma presença policial altamente visível ajuda a reduzir o medo dentro da comunidade, medo este que tem se mostrado “[...] *mais fortemente correlacionado à desordem, que ao crime*”. No entanto, uma vez que o medo do

crime pode limitar a atividade, manter os moradores dentro de casa e contribuir para ruas vazias, esse clima de decadência pode resultar em números de crime ainda maiores. Envolvendo a comunidade, a polícia pode dispor de mais recursos para as atividades de prevenção, ao invés de serem obrigados a uma reação posterior ao crime.

A análise de estatísticas criminais mostra que a atual ênfase no combate ao crime tem surtido efeito limitado sobre sua redução. Além disso, o conceito de administração centralizada adotado pela maioria das organizações policiais tem, com frequência, propiciado o isolamento da polícia das comunidades às quais ela serve. Este isolamento prejudica os esforços de combate ao crime. As estatísticas sobre os crimes não registrados sugerem que em muitos casos a polícia não é alertada sobre a existência dos problemas. Sem laços fortes com a comunidade, a polícia pode não ter acesso à informação pertinente dos cidadãos que poderia ajudar a solucionar ou a impedir o crime. No momento em que a polícia estabelece uma relação de confiança com a comunidade à qual serve, passa a obter informações úteis dos seus membros. O estabelecimento dessa confiança leva tempo, especialmente nas comunidades onde há conflitos internos ou onde as relações com a polícia são muito desgastadas. O policiamento comunitário oferece meios para que a polícia e a comunidade trabalhem juntos para resolver os graves problemas existentes nesses bairros. Somente quando os membros da comunidade acreditarem que a polícia está genuinamente interessada nas suas perspectivas e problemas, eles começarão a vê-la como parte daquela comunidade (CURSO NACIONAL DA POLÍCIA COMUNITÁRIA, 2006, p. 183).

Mas, embora a aproximação da Polícia e a comunidade seja imprescindível o combate à violência, ainda é agregar a isso, uma gestão pela qualidade na Segurança Pública e por óbvio na própria PM. Julga-se que esse pode ser um início de uma virada na luta contra a criminalidade. Além de consubstanciar-se numa “deixa” à mídia de que a Polícia Militar não é mais aquele braço “*manu militare*” do governo militar, mas uma Polícia Cidadã aos moldes da Constituição Federal de 1988. E talvez ao perceber isso, a imprensa passe a colaborar no alcance de uma sociedade com menos violência, que alias já deveria estar fazendo ao invés de oferecer violência gratuita em busca só de índices de audiências.

Ainda é preciso observar que as características organizacionais peculiares das agências policiais se destacam por seu caráter rígido e fortemente corporativo, pouco transparente e historicamente pouco sensível às demandas cívicas de proteção precisam evoluir, de forma a não se tornar um obstáculo no relacionamento da PM com o público. De forma que uma mudança organizacional orientada para a filosofia comunitária precisa ser inserida desde os cursos de formações até os de aperfeiçoamento. Mudanças profundas o que tange ao “*modus operandi*” precisam ser implantadas, no sentido de torná-los o mais público possível, mais transparente e menos resistente ao controle externo, claro dentro dos limites que não afetem a segurança dos policiais na ação e da própria comunidade.

Tratando dessa questão apregoa Márcio Simeone Henriques que:

O processo de mudança em si requer que a organização enfrente o desafio de lidar com uma imagem pública contraditória que, por um lado, pode inspirar confiança e sentimento de proteção e, por outro, o medo, dado o acúmulo histórico de abusos do poder policial.

Assim, a comunicação precisa ser melhorada, tanto com a comunidade quanto com a imprensa. A Diretriz nº 04/2002-CG, que dispõe sobre a filosofia de polícia comunitária da Polícia Militar de Minas Gerais anuncia: “a comunicação intensa e constante propicia a melhora das relações, amplia a percepção policial e da comunidade no que tange às questões sociais e possibilita diminuir áreas de conflito que exigem ações de caráter repressivo das instituições policiais”. Parece acertado crer que com uma mudança da cultura interna da corporação, seja um início de caminho para recuperar a imagem da Polícia.

A esse respeito complementa a Diretriz do Comando-Geral da PMMG que:

Mobilizar a comunidade é ação que exige da instituição, no aspecto interno, consolidar na sua cultura organizacional valores, práticas e habilidades essenciais à relação policial-militar e comunidade, como capacidade de dialogar e inteligência para negociar diante de várias frentes de opinião e fazer surgir, de reuniões comunitárias, soluções benéficas à coletividade (MINAS GERAIS, 2002, p. 7).

Sendo assim, pode-se considerar que a adoção da filosofia de Polícia Comunitária é também problema de relações públicas, na medida em que a Polícia Militar necessita estabelecer políticas de comunicação com seus públicos, interno e externos, incluindo a imprensa, se realmente objetiva alcançar colaboradores no desempenho de seu *mister*.

CONCLUSÃO

Na sociedade moderna, os problemas e desafios a serem enfrentados no âmbito da Segurança Pública são cada vez mais complexos. As diferentes manifestações de violência na sociedade atual exigem maior capacitação dos profissionais de Segurança Pública, de modo a permitir um olhar mais crítico sobre os conflitos e sobre o papel da instituição policial no contexto sócio/político e cultural.

Não mais de admite uma Polícia sem preparo para enfrentar os problemas e crises sociais, usando por técnica apenas a força. Embora seja sabido que o uso da força legítima é por vezes necessário e o policial precisa estar capacitado para seu uso dentro da lei, também é imprescindível que a formação dos profissionais da Segurança Pública seja direcionada para a (re)definição de seu papel como agente responsável pela garantia dos valores democráticos, da cidadania e dos Direitos Humanos.

A imprensa não tem cumprido seu papel de melhor informar a população e na maioria das vezes tem impingido o terror na sociedade com mostras diárias de violência descontextualizadas. Tais ações normalmente desmoralizam a Polícia, principalmente a Polícia Militar que lida diretamente com as situações de desordem e afeta sua relação com a sociedade.

Nesse contexto é preciso repensar maneiras de combater a criminalidade com vigor, mas dentro dos limites da lei e ainda com o apoio da comunidade, só assim, a imprensa irresponsável não mais causará tantos danos. É preciso reforçar laços de cooperação entre a comunidade e a Polícia e não há outra maneira de combater os engodos da imprensa sem primeiro desenvolver a confiança da população na sua Polícia, devolvendo-lhes o respeito e a dignidade, vez e voz, pois sem isso nenhum projeto em Segurança Pública dará certo.

Após tantos projetos implementados e fracassados, o Governo e a sociedade deveria assumir aquele ditado popular que diz “tolo é aquele que naufragou seus navios duas vezes e continua culpando o mar”. Assim, enquanto os políticos, sociólogos e especialistas não se conscientizarem que sem os policiais não há segurança pública e os chamarem para o diálogo, o que teremos serão apenas projetos infrutíferos, obras momentâneas, experimentos mal

sucedidos. A Polícia é e sempre será o elo entre a desordem e ordem, a violência e paz. É o muro que ainda resta para defender a comunidade.

Existem maus policiais, assim como existem maus médicos, advogados, bombeiros, delegados, pastores, padres, mestres de obras, entre outros. Mas, a maior parte desses agentes de Segurança Pública são cidadãos aptos e com vontade de fazer o bem pra sociedade. Desmerecê-los é fortalecer os criminosos e aumentar o ciclo de violência, já insuportável. Talvez seja possível superar a Síndrome da Rainha Vermelha e ser alcançada a maturidade política achando caminhos de uma eficiente Segurança Pública, que no mais é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos. Esse o mandamento Constitucional.

REFERÊNCIAS

BATITUCCI, Eduardo Cerqueira. A evolução institucional da Polícia no século XIX: Inglaterra, Estados Unidos e Brasil em perspectiva comparada. *In: Revista Brasileira de Segurança Pública*, ano 4, ed. 7, Ag./Set., 2010. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cepp/nesp/artigos-nesp/318-a-evolucao-institucional-da-policia-no-seculo-xix-inglaterra-estados-unidos-e-brasil-em-perspectiva-comparada/file>. Acesso em: 1 jun. 2015.

BOTTINI, Tani. Enfrentando a Síndrome da Rainha Vermelha. *In: Revista Jus Navigandi*, Teresina, ano 15, n. 2676, 29 out. 2010. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/17720>. Acesso em: 2 mai. 2015.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 2 mai. 2015.

CARVALHO, Joaquim Francisco de. O papel da imprensa na sociedade moderna. *In: Varican*. Disponível em: <http://www.varican.xpg.com.br/varican/Bsocial/papeldaimprensa.htm>. Acesso em: 3 mai. 2015.

CHAOS D.C. Mídia, **O poder manipulador**. Disponível em: <https://chaosdc.wordpress.com/2012/09/16/midia-o-poder-manipulador/>. Acesso em: 2 mai. 2015.

COLLON, Michel. *Ojoconlos media!* *In: Columbia Journalism Review*. Hondarribia: Iru, 1996. Disponível em: <http://www.cjr.org/tools/owners>. Acesso em: 1 mai. 2015.

CUNHA, Irineu Ozires. A imprensa que cumpre o papel de informar pessoas desinformadas. *In: PMPR – Comando Geral*. Disponível em: <http://www.pmpr.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=601>. Acesso em: 1 mai. 2015.

CURSO NACIONAL DE MULTIPLICADOR DE POLÍCIA COMUNITÁRIA/Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 014/2006. Brasília-DF: Secretaria de Segurança Nacional – SENASP, 2006.

DICIONÁRIO INFORMAL, 2015. Disponível em: www.dicionarioinformal.com.br/polícia/. Acesso em: 2 mai. 2015.

ECO, Humberto. **Cindo escritos morais**. Trad. Eliana Aguiar. São Paulo: Record, 1998.

GIOVANNINI, Giovanni. **Evolução na comunicação: do sílex ao silício**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

LIMA, Aderlene Ataíde, *at al.* **O Papel da Imprensa voltado para a Segurança Pública**. Disponível em: <http://apm.pm.am.gov.br/index.php/trabalhos-academicos?download=237:o-papel-da-imprensa-na-seguranca-publica>. Acesso em: 2 mai. 2015.

MARYNA, Daniel. A História da Imprensa e a sua Evolução. *In: Slideshare*. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/malucohaha/a-histria-da-imprensa>. Acesso em: 1 mai. 2015.

MEDAUAR, Odete. **Direito Administrativo Moderno**. 12. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

MELO, Patrícia Bandeira de. Um passeio pela História da Imprensa: O espaço público dos grunhidos ao ciberespaço. *In: Revista Comunicação & Informação*. Universidade Federal de Goiás. Faculdade de comunicação e Biblioteconomia. v. 8, n. 1, p. 26-38, jan./jun. 2005. Goiânia: UFG, Facomb, 2005.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. **Diretriz para produção de serviços de segurança pública nº 04/2002-CG**: A filosofia de polícia comunitária na Polícia Militar de Minas Gerais. Belo horizonte: Comando-Geral da PMMG, 16 de dezembro de 2002.

ROLIM, Marcos. **A síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI**. Rio de Janeiro: Zahar; Oxford, Inglaterra: University of Oxford, Centre for Brazilian Studies, 2006.

SALERMO, Fernando Mauro M. **O Papel da Imprensa**. Disponível em: <http://www.hottopos.com/mirand3/opapelda.htm>. Acesso em: 4 mai. 2015.

SILVA, Geélison F.; BEATO Cláudio. Confiança na polícia em Minas Gerais: o efeito da percepção de eficiência e contato individual. 2013. *In: Scielo*. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762013000100006. Acesso em: 2 mai. 2015.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de Teoria e Pesquisa da comunicação e dos Media**. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2003.

THOMPSON, John. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 1998.